

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

Caroline Pinheiro de Oliveira

**“De sujeitos sem história” a objeto de ciência:  
Nina Rodrigues e *Os Africanos no Brasil***

PICOS (PI)

2016

CAROLINE PINHEIRO DE OLIVEIRA

**“De sujeitos sem história” a objeto de ciência:**

**Nina Rodrigues e *Os Africanos no Brasil***

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí sob a orientação da Profa. Karla Ingrid Pinheiro de Oliveira, para obtenção do título de Graduada em História.

PICOS (PI)

2016

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**O482d** Oliveira, Caroline Pinheiro de

“De sujeitos sem história” a objeto de ciência: Nina Rodrigues e os *Africanos no Brasil* / Caroline Pinheiro de Oliveira. – 2016.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (63 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos - PI, 2016.

Orientador(A): Prof.<sup>a</sup> Ma. Karla Ingrid Pinheiro de Oliveira

1. Nina Rodrigues. 2. *Os Africanos no Brasil*. 3. Ciências Raciais. I. Título.

**CDD 925**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros  
Coordenação do Curso de Licenciatura em História  
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí  
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: [coordenacao.historia@ufpi.br](mailto:coordenacao.historia@ufpi.br)

### ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e nove (29) do mês de Julho de 2016, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Caroline Pinheiro de Oliveira** sob o título “**De sujeitos sem história**” a objeto de ciência: **Nina Rodrigues e Os Africanos no Brasil**.

#### A banca constituída pelos professores:

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Ma. Karla Ingrid Pinheiro de Oliveira

Examinador 1: Prof<sup>ª</sup> Ma. Débora Laianny Cardoso Soares

Examinador 2: Prof. Me. Mairton Celestino da Silva

Deliberou pela aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 29 de Julho de 2016

Orientador (a): Karla Ingrid Pinheiro de Oliveira

Examinador (a) 1: Débora Laianny Cardoso Soares

Examinador (a) 2: Mairton Celestino da Silva

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me fazer forte e persistente até o final do curso.

À minha amada mãe, Maria Ivete, pelo exemplo de vida e superação em meio às dificuldades e pelo seu carinho e cuidados. Ao meu pai que mesmo não estando mais entre nós é minha fonte de força e inspiração.

Aos meus irmãos, Keli, Leandro, Veyson, Josely e Vilson, ao meu padrasto Venâncio pelo seu apoio, aos meus queridos sobrinhos, José Henrique e Eduardo pelos seus inocentes sorrisos que me levaram a refletir sobre a facilidade de ser feliz.

Aos meus amigos de curso, José Jhonata e Wanderson pela cumplicidade que me dedicaram ao longo desses anos.

À minha professora orientadora, Karla Ingrid, por ter aceitado me guiar nesta aventura quando muitos se recusaram, além de ter contribuído significativamente para essa pesquisa, por meio de suas orientações e conselhos.

Ao professor Mairton Celestino por ter me despertado o interesse por este tema, além de ter contribuído em importantes discussões.

Enfim, a todas as pessoas que acreditam em mim, a vocês, a minha imensa gratidão!!!

*O negro não é só uma máquina econômica; ele é, antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência.*

Sívio Romero

## RESUMO

O presente trabalho analisa a obra *Os Africanos no Brasil* de Raimundo Nina Rodrigues discutindo a influência das teorias raciais no livro, levando em consideração alguns aspectos da sociedade brasileira do século XIX. A produção intelectual deste médico teve significativa influência na modernização do aparato policial, especialmente nos processos de controle e identificação das “classes perigosas” e, não menos relevante, nos estudos sobre o negro. Foi o primeiro a ver o negro de forma multidisciplinar. Discutimos ainda as contribuições da cultura africana para a sociedade brasileira. Alguns autores foram importantes para pensar os discursos científicos que permeavam o período abordado, bem como, para pensar as obras de Nina Rodrigues, entre eles Ricardo Sousa (2008), Lilia Schwarcz (1993) e Tzvetan Todorov (1993).

Palavras-chave: Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*. Ciências Raciais.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the work of Africans in Brazil Raimundo Nina Rodrigues discussing the influence of racial theories in the book , taking into account some aspects of the Brazilian society of the nineteenth. The intellectual production of this doctor had significant influence on the modernization of the police apparatus , especially in process control and identification of the "dangerous classes " and , not least, in the studies on blackcentury. It was the first to see the black in a multidisciplinary way. We also discuss the contributions of African culture for Brazilian society. Some authors think were important to the scientific discourse that permeated the covered period, and to think of the works of Nina Rodrigues, among them Ricardo Sousa (2008), Lilia Schwarcz (1993) and Tzvetan Todorov (1993).

Keywords: Nina Rodrigues. Africans in Brazil. Racial Sciences .



## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. O BRASIL OITOCENTISTA E A QUESTÃO RACIAL .....</b>	<b>14</b>
2.1 Cenários .....	15
<b>3. NINA RODRIGUES E AS TEORIAS RACIAIS.....</b>	<b>29</b>
3.1 Ciências raciais.....	30
<b>4. AS CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA NEGRA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA .....</b>	<b>42</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir de questionamentos sobre a entrada das teorias raciais na segunda metade do século XIX e sua influência junto aos intelectuais brasileiros. Por um lado era de se surpreender que essas ideias ganhassem espaço em um país onde boa parte dos habitantes era negra ou mestiça. Por outro, era o laboratório ideal para comprovar as mais diversas teorias, pois continha todos os “ingredientes” necessários para a pesquisa. No entanto, a curiosidade acerca do outro não significa querer compartilhar de seus sonhos, sentimentos, desejos e nem tão pouco torná-los parte dos nossos<sup>1</sup>.

A obra *Os Africanos no Brasil* leva em meio as suas páginas uma maldição, segundo Homero Pires, este livro é como o tesouro dos Niebelungen<sup>2</sup>, guardado por Fafnir: trazia a desgraça àquele que consigo o retivesse<sup>3</sup>, Nina faleceu antes de pôr um ponto final em sua obra, Oscar Freire como conhecedor de boa parte das pesquisas deste médico tenta continuar a obra, mas sem obter sucesso, pois também foi acometido pela morte precoce, assim surgem os boatos sobre uma suposta maldição em torno do livro. Superstições a parte, mesmo com o livro inacabado é nesta obra que encontramos a maior parte das pesquisas realizadas por Nina Rodrigues.

Raimundo Nina Rodrigues nasceu em 4 de dezembro de 1862 na cidade de Vargem Grande no Maranhão. Em 1882 mudou-se para Bahia onde estudou Medicina até o 5º período, conclui seus estudos no Rio de Janeiro em 1888. Volta à Bahia e torna-se professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Na sua nova função promove a nacionalização da medicina legal brasileira, propondo um conceito de responsabilidade penal, além de ser o pioneiro a dar assistência médico-legal aos doentes mentais. Escreveu seus artigos médicos

---

<sup>1</sup>SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. 2008. Dissertação (Mestrado em História das Ciências: História) – Casa de Oswaldo Cruz (COC – Fiocruz), Rio de Janeiro, 2008, p.8.

<sup>2</sup>De acordo com a mitologia nórdica Fafnir é um anão com um braço poderoso e uma alma sem medo e que por causa de sua ambição tornou-se um dragão que tinha por tarefa guardar o tesouro dos Niebelungen.

<sup>3</sup>NINA, Raymundo Rodrigues. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008, p.13.

na revista *Gazeta Médica da Bahia*, fundou a *Revista Médico Legal*. Escreveu para *Annales Médico psychologiques* de Ritti em Paris, nos *Annales d' anthropologie criminelle* de Lacassagne em Lião, na *Antropologia Criminale* de Lombroso em Turim entre outras revistas. Também foi membro estrangeiro da *Société Médico- Psychologique* de Paris.

A produção intelectual deste médico teve significativa influência nas críticas ao liberalismo da Primeira República, na modernização do aparato policial, especialmente nos processos de controle e identificação das “classes perigosas” e, não menos relevante, nos estudos sobre o negro. Foi o primeiro a ver o negro de forma multidisciplinar.

Um dos primeiros a sentir a necessidade de dar a devida atenção a esse grupo esquecido da população será Silvio Romero, em meados do século XIX, buscando atrair pesquisadores que se dediquem a estudar os africanos. Apesar de Silvio Romero nos mostrar o negro como um “objeto” de ciência, ele ainda continuará a percorrer o caminho dos literatos, dedicando os seus estudos aos índios. Com a necessidade de responder ao apelo feito por Silvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues vai dedicar quinze anos de sua vida a escrever a sua famosa obra *Os africanos no Brasil*.

Os africanos hoje ganham papel de destaque nas discussões científicas, onde o tema principal são as suas influências na formação da sociedade brasileira, porém estes nem sempre foram vistos como portadores de valores culturais. Nina Rodrigues deve ter sido o primeiro a colocar como assunto principal o negro, produzindo obra valiosa, mas ainda marcada pelos preconceitos da ciência do século XIX<sup>4</sup>. É importante ressaltar que antes da consolidação do racismo científico no século XIX, a palavra raça era empregada no mesmo sentido que a palavra cultura é utilizada hoje.

O holocausto judeu e a escravidão negra africana foram dois desastres que marcaram a história da humanidade, ambos os eventos estão ligados à intolerância das diferenças. Entre os seres humanos existem semelhanças e divergências ao mesmo tempo. A questão em debate é entender até onde se

---

<sup>4</sup>RAMOS, Arthur. **As Culturas Negras no Novo Mundo**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p.11.

estende o território da identidade e onde começa o da diferença, e compreender quais relações esses dois aspectos mantêm. Podemos citar como exemplo a dualidade da palavra negro. Ser negro engloba tanto a experiência da dominação branca como a valorização individual e grupal de uma consciência afrocêntrica independente, de longa duração<sup>5</sup>.

Dispensei horas pensando na relevância deste trabalho sem conseguir chegar a uma conclusão satisfatória, contudo, escutei o comentário de um indivíduo em uma loja que merece uma reflexão. De acordo com esse sujeito, os pobres não mereciam receber atendimento igual aos ricos, que imaginar igualdade entre estes é utópico e que nunca ambos seriam tratados iguais porque desde o início dos tempos é assim.

Comecei a observar quem eram as pessoas pobres que, segundo ele, não mereciam um bom atendimento: uma boa parte dessas pessoas era negra. Será que a diferenciação no atendimento estava embasada apenas na condição social ou tínhamos aqui um exemplo de preconceito racial disfarçado? Talvez nunca saibamos a resposta, mas este episódio serviu para instigar ainda mais a ânsia por escavar os motivos que levam a sociedade atual a agir assim.

Talvez ele tenha razão, imaginar uma sociedade com igualdade seja utópico, mas ele está errado ao afirmar que a diferenciação seja social, racial, econômica ou qualquer outra existe desde sempre. As raças não são entidades naturais pré-existentes, mas grupos sociais produzidos por relações desiguais de poder e práticas discriminatórias<sup>6</sup>. A distinção entre povos é uma criação da sociedade e não algo natural. Trabalhos com esta temática servem para escancarar os preconceitos que insistimos em afirmar que acabaram em 1888<sup>7</sup> junto com a escravidão.

A reflexão sobre a concepção de raças tomou durante séculos lugar de destaque entre os pensadores, criando assim uma doutrina das raças. O

---

<sup>5</sup>GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p.120.

<sup>6</sup>STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p.228 – (Coleção História e Saúde).

<sup>7</sup>Aqui, nos referimos à Abolição da Escravatura, ocorrida em 1888 com a assinatura da Lei Áurea.

século XIX é marcado por diversas teorias raciais como a eugenia, o evolucionismo social e o darwinismo social. Essas teorias começaram a chegar ao Brasil em meados de 1870 por meio dos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa que eram frequentados por uma reduzida elite pensante, muitas dessas teorias foram condenadas antes de ter a oportunidade de serem compreendidas.

As populações encontram-se divididas em grandes grupos culturais, que sofreram grandes transformações ao longo dos séculos. Apesar das transformações culturais que esses grupos passaram, continuamos a diferenciá-los por pretos e brancos, pois ao longo dos séculos essa tem sido a característica principal do indivíduo. Os cientistas do século XIX dedicaram boa parte de seus estudos à classificação da diversidade humana. Ao analisarmos livros como o de Nina Rodrigues, faz-se necessário um cuidado especial, pois não podemos esquecer que as características raciais abordadas nestas obras têm valores diferentes dos valores exercidos na atualidade.

A história das ideias no Brasil é um campo de imenso tamanho, compreender como essas ideias influenciaram na formação dos homens que eram componentes da classe pensante da época pode nos auxiliar a entender a sociedade brasileira atual. Vivemos em um país em que o preconceito racial vigora diariamente, a intenção deste trabalho não é apontar os culpados por essa situação, mas sim analisar quais foram os caminhos percorridos por estes estudiosos e em especial Nina Rodrigues.

No primeiro capítulo, procuramos investigar alguns aspectos da sociedade brasileira que tiveram relevância para a entrada e aceitação das teorias raciais que influenciaram a obra de Nina Rodrigues, analisaremos pontos como o cotidiano, política e instituições científicas. Este capítulo nos auxiliará na compreensão de como os meios científicos e a população em geral, ajudaram a difundir os estudos raciais.

No segundo capítulo, investigaremos na obra de Nina Rodrigues indícios que o apontem como um racista, para que possamos ter uma melhor compreensão da sua obra deixando de lado os pré-conceitos. Como bem afirma Maria Stella Martins Bresciani: “é difícil trabalhar com escritores que já

foram rotulados, pois isso dificulta novas interpretações sobre suas ideias, o que leva a maioria dos trabalhos a ter o mesmo resultado”<sup>8</sup>.

No terceiro capítulo, procuraremos através da obra de Nina Rodrigues, enfatizar as contribuições da cultura negra para a formação da sociedade brasileira. A escravidão no Brasil, além de ter constituído a base da economia colonial, também atuou na constituição da formação cultural do país. Investigaremos as influências das línguas africanas, contos populares e do folclore.

---

<sup>8</sup>Para uma melhor compreensão ver, BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade**: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

## 2. O BRASIL OITOCENTISTA E A QUESTÃO RACIAL

Entender por que e como a cientificidade atribuída à ideia de raças humanas pode sustentar a recriação de hierarquias sociais constitui, sem dúvida, a melhor maneira de armar-se para enfrentar suas funestas consequências<sup>9</sup>. As populações em geral possuem o costume de impor seus valores como se eles fossem universais, esquecendo que cada sociedade tem seus hábitos, práticas e cultura; ignorando os valores relativos.

Em finais do século passado, o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial<sup>10</sup>. A população brasileira deste período era composta por brancos; negros; mestiços; índios e estrangeiros, uma população heterogênea com valores morais e culturais diversificados. O Brasil era visto como uma nação ainda em formação, composta por uma grande população negra e miscigenada, muitos, inclusive, recém-saídos do sistema escravista<sup>11</sup>.

A sociedade brasileira do final do século XIX e início do séc. XX encontrava-se claramente dividida como em um jogo de xadrez: peças brancas contra as peças pretas. Antes de introduzir o pensamento de Nina Rodrigues faz-se necessário problematizar a sociedade em que ele encontrava-se inserido. Para uma melhor compreensão analisaremos pontos como o cotidiano, política e instituições científicas.

---

<sup>9</sup>ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

<sup>10</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.15.

<sup>11</sup>SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma Nação Eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, 2010, p.147.

## 2.1 Cenários

“Nós, que somos tão modernos, seremos antigos em alguns séculos”.

La Bruyère

A vinda de d. João VI e da família real em 8 de março de 1808 para o Brasil marca profundamente a história do país. A Corte teve papel fundamental nas mudanças de hábitos dos brasileiros. Contudo, o Brasil não continha os meios necessários para agradar os nobres, mudanças eram imprescindíveis para propiciar o mínimo conforto para a sobrevivência da Corte nas novas terras, faz-se necessário a criação de instituições de ensino, hospitais, museus, e disseminar os hábitos civilizados dos nobres. Para isso, a França é o exemplo ideal a ser seguido:

O Brasil olha a França com uma reverência mal dissimulada. Napoleão empurrou a Corte portuguesa para os trópicos, uma Revolução que emergiu entre o Palácio de Versalhes e a Bastilha mudaria o mundo, e, quando a universalização dos mercados se impôs, é de Paris que vamos beber os modos e os costumes<sup>12</sup>.

Deparamo-nos aqui com uma descontinuidade da civilização a ser seguida, pois segundo o naturalista alemão Karl Von Martius, a grande influência para o Brasil até então, tinha chegado pelas mãos dos portugueses. Esse povo de cor branca trouxe o desenvolvimento junto com as suas expedições pelo velho mundo. Eles foram os responsáveis por trazer a “civilização” para as novas terras descobertas, tornando o Brasil uma colônia fornecedora de bens de grande valor. Pode-se perceber uma grande semelhança entre os escritos de Von Martius e os textos do historiador Adolfo de Varnhagem onde ambos colocam o português no estágio ideal da civilização<sup>13</sup>.

Varnhagem distancia-se de Von Martius ao propor que a nação brasileira seria constituída de um povo branco e com traços europeus. A civilização

---

<sup>12</sup>FIGUEIREDO, Luciano. (Org.). **A França nos Trópicos**. Rio de Janeiro, Sabin, 2009, p.9. – (Coleção Revista de História no Bolso).

<sup>13</sup>Sobre essa discussão ver, VARNHAGEN, Franciso Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962. Ver também, MARTIUS, Carl F. P. "Como se deve escrever a história do Brasil" Trad. Wilhelm Schüch. RIHGB, Rio de Janeiro 1982.



européia seria superior por conter características que a outras raças não continham como: ordem, lei e autoridade. Ele ainda destaca que a independência do Brasil só ocorreu porque Portugal aceitou e até incentivou este processo. Fica evidente a sua tentativa de destacar a importância da Corte portuguesa na formação da nação e justificar o processo de dominação social que foi imposto pela coroa.

Ainda no ano de 1808 houve a criação de teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas para atender aos padrões exigidos pela Corte e pela população urbana que teve um aumento significativo. Nos anos seguintes, as cidades tiveram transformações significativas na educação, na saúde, a criação do primeiro jornal editado na colônia. Muitos historiadores como Manoel Luiz Salgado e Lilia Moritz Schwarcz<sup>14</sup>., afirmam que a criação desses estabelecimentos tinham como função a reprodução da cultura e memória portuguesa.

O cotidiano das cidades mudou com a chegada da família real e de sua Corte, muitas cerimônias festivas foram inseridas na cidade que antes não respirava esse ar de civilidade e de luxo. Lentamente, o Rio de Janeiro assimilou a presença da Corte que difundiu no imaginário social seus costumes e hábitos que contrastavam com a penúria e a escassez de boa parte da população. Um setor que obteve mudanças visíveis foi à moda brasileira:

A primeira moda que claramente se impôs no Brasil foi a francesa, a partir da chegada da família real portuguesa em 1808. Os nobres já conheciam as tendências europeias e sabiam que, quando o assunto era requinte no vestuário, os franceses estavam sempre um passo à frente. Assim, a nova classe emergente brasileira também deveria “entrar na linha” – o que já então significava comportar-se com civilidade. E a moda era um indicativo dessa postura<sup>15</sup>.

Mas voltemos à França, ou melhor, ao Brasil afrancesado ou seria africanizado? Creio que o termo mais apropriado no momento seja Brasil

---

<sup>14</sup>Sobre essa discussão ver, GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>15</sup>ESQUENAZI, Rose. As Coquettes de Copacabana. In: FIGUEIREDO, Luciano. (Org.). **A França nos trópicos**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, p.54-58. – (Coleção Revista de História no Bolso).

híbrido, pois por mais que a elite dominante do período tentasse varrer para debaixo do tapete os hábitos que não eram “civilizados”, eles encontravam-se por toda parte. Um bom exemplo de um hábito que não agradava em nada a Corte, mas se mantinha firme era o carnaval. Mas não se trata do carnaval que era realizado nos clubes onde os participantes usavam máscaras no rosto, o carnaval mal visto era aquele realizado nas ruas e organizado por africanos, e mestiços, onde o tema é a África inculta que veio escravizada para o Brasil<sup>16</sup>.

Ao tratar do cenário político no Brasil da metade do século XIX ao início do século XX, faz-se necessário passear pelo cenário econômico também, pois o objeto de estudo de Nina Rodrigues fez-se presente no desenvolvimento da economia colonial e na maioria das vezes o político daquele período era proprietário de grandes fazendas e de muitos escravos que cuidavam da propriedade e da produção. Um dos motivos para o fim do período colonial deu-se pela insatisfação dos proprietários de terra com a abolição da escravidão. Onde as lutas políticas se definiram em termos de lutas de família e suas clientelas<sup>17</sup>.

Caio Prado Junior defende que o “tripé para a formação do Brasil”, seria a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo dando assim a sustentação do sistema colonial<sup>18</sup>. A plantation seria o sistema de plantação utilizado no período colonial, onde uma vasta extensão de terras seria plantada um único produto que ficaria aos cuidados do senhor e de seus escravos. O período colonial foi caracterizado pela grande exportação de artigos, esse aumento alterou o crescimento dos comércios ligados ao abastecimento, levando ao estímulo da produção.

Caio Prado ainda oferece vestígios para levantar a hipótese de que a constituição do Brasil deu-se somente para a manutenção do comércio europeu, onde o papel da colônia era fornecer café, tabaco, açúcar entre outros artigos, sendo que tudo que produzíamos era exportado para a Europa,

---

<sup>16</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p. 170.

<sup>17</sup>COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 5. ed. São Paulo, 1987, p.12.

<sup>18</sup>Para uma melhor compreensão ver a obra PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

faltando a autonomia sobre a produção, impedindo a acumulação de bens na colônia:

(...) se vamos à essência de nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros (...) e em seguida café, para o comércio europeu (...). É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras<sup>19</sup>.

A economia da colônia não seria detentora de suas formas de comercialização, tendo que seguir os ritmos do comércio europeu, levando a uma falta de desenvolvimento econômico do país. Entretanto, Fernando Novais<sup>20</sup> defende que havia sim um desenvolvimento, só que não favorecendo o Brasil, mas sim a Europa. Novais traz a ideia de que havia a permanência dos recursos no Brasil, contudo, esses se concentravam na mão de poucos senhores, formando uma concentração de bens e possibilitando a continuação da exploração colonial.

A escravidão tornou-se um elemento na manutenção da comercialização de bens para o mercado externo, sendo o próprio negro um dos produtos comercializados. A escravidão estava ligada ao trabalho, sendo uma atividade organizada, reconhecida pela lei e pelo costume. Entretanto, os eventos que necessitam de um destaque maior para uma melhor compreensão deste trabalho são a independência do Brasil e o fim da escravidão.

Em 1821 d. João VI é forçado a voltar para Portugal, uma crise econômica e política provocaram a revolução liberal de 1820. Os portugueses estavam insatisfeitos com o crescimento do Brasil, a abertura dos portos realizada por d. João VI foi desaprovada pelos portugueses, pois retirava a exclusividade do comércio com o Brasil, eles exigiam o retorno da corte para o reino. O movimento começou na cidade do Porto e depois se espalhou pelas cidades mais importantes de Portugal. Os rebeldes exigiam a volta de D. João

---

<sup>19</sup>PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.94.

<sup>20</sup>NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

VI para Portugal, ele deixou seu filho o príncipe D. Pedro como regente do Brasil.

A elite política brasileira sedenta por conquistar a liberdade política e cansada do controle econômico exercido pelos portugueses pressionaram D. Pedro a declarar independência da colônia. As relações entre as Cortes portuguesas tornavam-se mais difíceis a cada dia, em uma viagem a São Paulo, D. Pedro recebeu notícias de que as Cortes haviam reduzido o poder do príncipe regente. Na carta, o ministro do conselho de Estado, José Bonifácio, insistia em que D. Pedro rompesse com Portugal. No dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro rompeu com Portugal que exigia seu retorno e proclamou a independência do Brasil, fato esse que ganha destaque no cenário nacional:

Entre o 7 de abril de 1831 e o 15 de novembro de 1889, da abdicação de d. Pedro I à república, o Brasil experimentou transformações, modernizou suas instituições políticas, sua estrutura econômica, suas relações sociais, sem que tenham sido superadas certas mazelas e contradições que, permanentemente atualizadas, têm confirmado o apego à desigualdade, à exclusão e à marginalização sociais, que estão na base de impasses históricos que o Brasil tem reiterado<sup>21</sup>.

Vamos pular algumas décadas e chegaremos em 1850, ano da extinção do tráfico negreiro no Brasil, alguns anos mais tarde em 28 de setembro de 1871 é promulgada a Lei do Ventre-Livre, esta lei tornava livre os filhos de escravos que nascessem a partir desta data. No ano de 1885, foi promulgada a lei dos Sexagenários que tornava livre os negros com mais de 65 anos de idade. Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea que alforriava todos os escravos ainda existentes no Brasil.

Enquanto os negros enchiam as ruas comemorando o fim da escravidão, os grandes proprietários de terras mostravam-se insatisfeitos com essa decisão, pois acabavam de perder sua mão de obra que custava tão pouco comparado com o salário que teriam que pagar aos novos trabalhadores estrangeiros. Até então a escravidão era a atividade principal do Brasil:

---

<sup>21</sup>PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In: Carvalho, José Murilo. (Coord.) **A construção nacional (1830-1889)**, v. 2. História do Brasil Nação (1808-2010). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.179-224, p.159.

É que realmente a escravidão constituía ainda a mola mestra da vida do país. Nela repousam todas as suas atividades econômicas; e não havia aparentemente, substituto possível. (...) A posição escravista reforça-se, aliás, depois da Independência, com a ascensão ao poder e à direção política do novo Estado, da classe mais diretamente interessada na conservação do regime: os proprietários rurais que se tornam sob o império a força política e socialmente dominadora<sup>22</sup>.

Por um fim à escravidão era desafiar a elite do país, a oligarquia rural sentiu o peso econômico do fim da “fonte inesgotável de mão de obra barata”. Desde a chegada da família real ao Brasil, políticos, diplomatas e juristas se viam às voltas com a obstinada pressão inglesa em prol da emancipação dos escravos<sup>23</sup>. O fim da escravidão teve forte influência da Inglaterra que via no fim do trabalho escravo a oportunidade de iniciar o trabalho assalariado, possibilitando o aumento do mercado consumidor, tudo estava ligado à economia.

As teorias raciais exerceram influência na abolição da escravidão no Brasil. A abolição é vista por muitos como um ato de humanidade com aqueles que durante séculos foram usados apenas como máquinas econômicas. No entanto, após as pesquisas de historiadores como Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, Sidney Chalhoub, Lilia Moritz Schwarcz e alguns outros, percebemos que o abolicionismo recebeu uma forte influência das teorias raciais que viam no escravo o motivo do atraso da nação. Raiz da explicação, a mestiçagem era observada por estrangeiros, temida por boa parte das elites locais e entendida como questão central para a compreensão do destino da nação<sup>24</sup>.

A partir desta premissa segue-se uma conclusão igualmente rápida, que em geral consta das páginas finais dos estudos sobre a escravidão ou então das introduções de trabalhos referentes à urbanização e desenvolvimento industrial: o ex-

---

<sup>22</sup>PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.104.

<sup>23</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.101.

<sup>24</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.18.

escravo e seus descendentes saíram espoliados da escravidão e despreparados para o trabalho livre, incapazes, enfim, de se adequar aos novos padrões contratuais e esquemas racionalizadores e modernizantes da grande produção agrícola e industrial, tornando-se doravante marginais por força da lógica inevitável do progresso capitalista<sup>25</sup>.

Com o fim da escravidão milhares de negros se viram sem um trabalho, pois agora o serviço nas fazendas estava destinado aos trabalhadores estrangeiros que eram considerados mais eficazes, os que podiam viraram carregadores de saco nos portos enquanto suas mulheres lavavam roupa na beira do rio ou vendiam quitutes nas ruas para conseguir o mínimo para as refeições. Fica evidente que enquanto muitos viam o negro com um olhar de inferioridade, Nina Rodrigues enxergava para além e via a sua multiplicidade cultural que estava nas religiões fetichistas, contos populares entre outros:

O cientista europeu vive no século XIX a curiosidade inerente ao seu tempo. Viver num momento de profundas transformações, industrialização, do crescimento dos centros urbanos, de maior facilidade de comunicação entre o velho mundo e os novos continentes, reestruturação política após mudanças drásticas de governos e, em meio a tudo, buscar uma maneira de entender e classificar os novos seres humanos com os quais passaram a ter contato nos últimos séculos<sup>26</sup>.

O Brasil funda em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico, esta instituição tinha como objetivos principais: construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos<sup>27</sup>. É um marco para ciência no Brasil, pois pela primeira vez, renomados intelectuais da época encontravam-se reunidos com o apoio do governo imperial para escrever a história deste país e de seus habitantes.

---

<sup>25</sup>AZEVEDO, Célia Maria. **Onda Negra, Medo Branco**: o negro no imaginário das elites, século XIX. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p.21.

<sup>26</sup>SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau**: as ciências contra o Brasil mestiço. 2008. Dissertação (Mestrado em História das Ciências: História) – Casa de Oswaldo Cruz (COC – Fiocruz), Rio de Janeiro, 2008, p.9.

<sup>27</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.99.

Sua fundação ocorreu em um momento oportuno, a monarquia buscava se defender das ideias revolucionárias que chegavam ao país. Podemos citar como exemplo as ideias de liberdade da Revolução Francesa que mesmo algumas décadas depois ainda causavam medo aos monarcas; o liberalismo econômico que propunha o fim da intervenção do Estado na produção e na distribuição das riquezas também trouxe inquietação para o país.

As discussões iniciais do IHGB comandada por romancistas, historiadores, políticos, poetas entre outros, giravam em torno da busca do caráter nacional brasileiro. Muito se questionou sobre quem era o povo brasileiro, segundo Karl Von Martius, o brasileiro foi o resultado da junção de três raças: branca, negra e índia:

Qualquer que se encarregue de escrever a História do Brasil, paiz que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que ali concorrerão para o desenvolvimento do homem. São esses, porém de natureza muito diversa, tendo convergido de um modo muito peculiar as três raças<sup>28</sup>.

Cada uma dessas raças continham características distintas, o homem branco representava o papel de salvador, era o responsável por civilizar os demais povos. O índio era representado como um bom selvagem ingênuo e ao negro cabia o papel de impedimento do progresso da nação. Percebe-se claramente a existência de uma hierarquia entre as raças. Contudo é só no final do século XIX que o discurso racial ganha espaço de interesse nesta instituição de caráter científico-cultural. Neste período, a Europa era vista como um modelo de sociedade a ser seguido e o Brasil como um país civilizado não poderia deixar de “imitar” a sociedade mais elevada culturalmente. Entretanto era necessário mostrar-se como uma nação com elementos próprios, mas sem se distanciar do modelo europeu.

Coube ao IHGB escrever o percurso da história nacional usando a diversidade do povo brasileiro como quesito de originalidade, era dada à ciência o papel de organizar a sociedade. Contudo, o IHGB sofre duras críticas da historiografia atual. Em sua concepção, o IHGB refletia a visão de mundo da

---

<sup>28</sup>VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillip. **Como se deve Escrever a História do Brasil**. Tradução de Wilhelm Schüch. RIHGB, Rio de Janeiro 1982.

classe dominante do Brasil a partir de seu trabalho de construção de uma história oficial, efetuando, assim, uma generalização das “visões de mundo privadas” do latifúndio baseado na escravidão<sup>29</sup>. O instituto funcionava como um aparelho ideológico do estado, disseminando ideias para a reprodução das relações sociais existentes.

Esse estabelecimento visava iniciar uma historiografia nacional onde a sociedade estava dividida em classes, o dever do IHGB era apresentar o processo civilizador que o país atravessou e durante o qual se aproximou do padrão europeu<sup>30</sup>. O instituto tornou-se um centro de pesquisas que abrigava os mais diversos intelectuais desde políticos até pesquisadores de destaque como Gonçalves Dias, Euclides da Cunha e Silvio Romero.

No entanto, a instituição científica que mais exerceu influência sobre Nina Rodrigues foi a Faculdade de Medicina da Bahia fundada em 1808, mesmo ano em que a família real desembarcou em terras brasileiras. Com mais pessoas chegando à colônia, as doenças tropicais e epidemias também aportaram em nossas terras. Até então a população recorria aos curandeiros, benzedeiros, boticários para curar-se das mazelas, a figura do médico ainda não tinha muita importância por aqui, pois eram raros de se encontrar e cobravam fortunas pelas suas consultas.

Com o atendimento médico no Brasil quase inexistente, d. João VI percebendo a necessidade de médicos no país cria na Bahia a primeira Escola Cirúrgica do país, alguns meses depois, temos a criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Podemos notar que desde suas origens institucionais na sociedade brasileira, a medicina é claramente não só uma forma de conhecer todo o corpo social, como também uma forma específica de intervenção neste corpo e conseqüentemente na sociedade.

Apesar de ambas as faculdades terem sido criadas no mesmo ano e com o mesmo intuito, percebe-se um abismo entre essas duas instituições, cada uma possuía uma maneira diferente de conduzir o saber médico. Os

---

<sup>29</sup>GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh, p.62.

<sup>30</sup>IDEM, p.73.



médicos da faculdade do Rio de Janeiro buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o mal de chagas<sup>31</sup>, enquanto os médicos baianos ocupavam-se de compreender o cruzamento racial e as possíveis consequências desse evento.

A faculdade de medicina baiana além de funcionar como um centro profissional também manteve influência como centro cultural, com forte influência da cultura francesa. Nos trabalhos acadêmicos apresentados nessa instituição também podem ser encontrados aspectos antropológicos e sociológicos, já que até meados de 1877, ela encontrava-se como única instituição de ensino superior da Bahia. Contudo, Rodrigues foi um crítico da atmosfera intelectual da faculdade baiana, o médico denunciava a falta de infraestrutura da sua faculdade e as práticas ultrapassadas de docência e da pesquisa na instituição.

Os profissionais baianos viam no cruzamento racial a responsabilidade pela loucura e a criminalidade e 74 anos após a fundação da Faculdade de Medicina da Bahia, Nina Rodrigues se banha na fonte desta instituição, onde o importante não eram as doenças, mas sim os doentes. A Bahia era um excelente lugar para se estudar os negros, pois Salvador continha mais de 2 mil descendentes de africanos. O interessante de se observar nesta instituição é a importância dada ao estudo da frenologia e a antropologia criminal.

A frenologia foi um estudo sobre a capacidade humana que analisava o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos. As pesquisas da frenologia deram impulso para Cesare Lombroso desenvolver a antropologia criminal que teve significativa influência nos trabalhos de Nina Rodrigues. A antropologia criminal defendia a ideia do determinismo biológico onde a delinquência continha um caráter hereditário. Segundo Lombroso os possíveis criminosos tinham queixo quadrado e saliente, orelhas separadas, lábios avantajados e maxilares salientes. Qualquer indivíduo com essas características estava propenso a se tornar um criminoso.

---

<sup>31</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.248.

As teorias de Lombroso chegam ao Brasil em um momento propício para o desenvolvimento dessas ideias. O fim da escravidão e as constantes migrações das zonas rurais para as cidades propiciaram o aumento da população e a violência nos centros urbanos. Esse fenômeno possibilitou estudos científicos que procuravam explicar os recentes eventos, começa assim um estudo detalhado das características físicas do criminoso. Interessante notar que mesmo as teorias de Lombroso terem sido desmistificadas há bastante tempo, ainda continua em prática nos dias atuais a sua utilização para traçar o perfil dos criminosos.

As faculdades de medicina, especialmente a da Bahia, tornam-se o lugar ideal para estudar a anatomia desses delinquentes. Nina Rodrigues, em seu livro *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, traça com perfeição os crimes com as características dos criminosos. Porém, o interessante dessa obra é que o médico traz uma ideia inovadora para os intelectuais brasileiros da época, os indivíduos negros não podiam receber as mesmas punições que os brancos porque os valores morais são diferentes para os dois grupos. Nina está aplicando o que filósofo e linguista búlgaro Tzvetan Todorov nomeou em 1989 de valores universais e relativos:

Existem valores universais, e portanto uma possibilidade de levar os julgamentos para além das fronteiras, ou todos os valores são relativos (a um lugar, a um momento da história, ou mesmo à identidade dos indivíduos)? E caso se admita uma escala universal de valores, qual a sua extensão, o que engloba, o que exclui? O problema da unidade e da diversidade se transforma então no problema do universal e do relativo<sup>32</sup>.

Nina Rodrigues percebeu os valores relativos que cada grupo cultural possui. Podemos até supor que Rodrigues não enxergava os negros como uma tábua rasa que absorviam tudo o que fosse imposto, cai por terra a expressão “negro de alma branca”. Pode-se também visualizar uma crítica ao etnocentrismo que considera os valores da própria sociedade como critério de avaliação das demais. Nina não defendia a existência de uma “cultura original”,

---

<sup>32</sup>TODOROV, Tzvetan. 1939. **Nós e os Outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p.21.

onde todas as representações culturais, sejam de classes dominantes, sejam das classes menos privilegiadas manifestam suas particularidades.

O médico não é apenas alguém que possui uma técnica, conhece os grandes tratados teóricos, observa e, portanto, detém um saber. É também uma autoridade, alguém que intervém: decide, executa, fiscaliza e pune. Intervir na sociedade é policiar tudo aquilo que pode ser causador de doença; [...] é transformar a desordem em ordem, através de um trabalho contínuo e planejado de vigilância e controle da vida social.<sup>33</sup>

A faculdade de medicina baiana proporcionou à Nina Rodrigues uma característica particular: o seu laboratório não se encontrava dentro das paredes do instituto, mas sim pelas ruas baianas, fazendo dele um pesquisador de campo, característica que foi bastante criticada por outros intelectuais por frequentar os candomblés e comer os alimentos dos Orixás. Mas como bem coloca Mariza Correa, é importante sair do conforto de sua sala e fazer uma pesquisa de campo, libertando-se dos trabalhos estrangeiros.

Não pode existir meio científico numa sociedade em que não há permuta ou choque de ideias, onde não se defendem convicções científicas, onde cada qual se limita a estudar apenas, nos recessos dos gabinetes, os meios de fazer uma adaptação forçada dos trabalhos que importamos do estrangeiro<sup>34</sup>.

Nina Rodrigues observou a necessidade de se obter contato com o material estudado para uma melhor compreensão das manifestações culturais. Foi um dos primeiros a perceber as diferenças entre os grupos africanos, pois até então, eles eram tratados como um grupo homogêneo. Em suas andanças pelas ruas baianas, Nina não estava preocupado com a inferioridade dos negros, mas sim com a sua multiplicidade cultural.

Contudo, lutar contra os pré-conceitos já estabelecidos era uma tarefa difícil, pois a legitimação da inferioridade do negro pertencia à ciência. A doutrina racialista, como se viu, está ligada desde seu início ao

---

<sup>33</sup>MACHADO, R; LOUREIRO, A; LUZ, R. MURICY, K. **Da (Na)ção da Norma**: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p.258.

<sup>34</sup>CORREIA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998, p.62.

estabelecimento das ciências, ou mais exatamente, ao cientificismo, quer dizer, a utilização da ciência para fundar uma ideologia<sup>35</sup>. Com isso, temos em meados do século XVIII na Europa ocidental a criação do racismo científico. Essa prática trouxe diversas consequências:

[...] negros e seus descendentes foram excluídos da participação de vários setores da vida pública brasileira, [...] pela manutenção de uma política autoritária em cuja definição a presença da discriminação não pode ser esquecida. Essa exclusão parece ter sido também o resultado de uma atuação coerente, apoiada por um “racismo científico”, que legitimou iniciativas políticas seja a nível nacional [...], seja em nível regional, com políticas específicas de repressão das atividades religiosas e culturais dos negros [...]. Se não foi explicitado em leis civis discriminatórias, como a segregação racial norte-americana, o racismo enquanto crença na superioridade de determinada raça e na inferioridade de outras, teve larga vigência entre nossos intelectuais [...] sendo o ponto central de suas análises a respeito de nossa definição como povo e como nação.<sup>36</sup>

O racismo científico surge como um meio de continuar separando os povos em superiores e inferiores, mas há agora uma legitimação da ciência. A dificuldade em combater o racismo na atualidade está no fato de que ele se encontra atrelado à cientificidade e mesmo que as teorias raciais tenham sido condenadas, a ciência em si nunca foi questionada. Todorov alerta para o perigo de tornar uma ideia ou teoria em ciência. Hoje em dia as teorias racialistas não são bem aceitas; mas a doutrina cientificista continua tão próspera quanto antes<sup>37</sup>. O que deu força à discriminação racial foi o fato de estar apoiada em bases ditas científicas, criando um aspecto de verdade inquestionável.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a

---

<sup>35</sup>TODOROV, Tzvetan. 1939. **Nós e os Outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p.128.

<sup>36</sup>CORREA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998, p.56.

<sup>37</sup>TODOROV, Tzvetan. 1939. **Nós e os Outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p.111.

obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.<sup>38</sup>

Como bem coloca Foucault, cada sociedade determina seu padrão de sociedade e que nos diversos discursos existentes irá escolher o que for mais favorável a alcançar os objetivos propostos, onde a verdade pode ser moldada de acordo com os interesses envolvidos. A verdade é uma construção realizada para atender os anseios de cada sociedade e que se assemelha muito aos valores relativos de Todorov que foram discutidos na introdução. Esses padrões são escolhidos de acordo com as necessidades:

Em seu livro *Philosophy in a New Key*, Susanne Langer observa que certas ideias surgem com tremendo ímpeto no panorama intelectual. Elas solucionam imediatamente tantos problemas fundamentais que parecem prometer também resolver *todos* os problemas fundamentais, esclarecer todos os pontos obscuros. Todos se agarram a elas como um "abre-te sésamo" de alguma nova ciência positiva, o ponto central em termos conceituais em torno do qual pode ser construído um sistema de análise abrangente. A moda repentina de tal *grande idée*, que exclui praticamente tudo o mais por um momento, deve-se, diz ela, "ao fato de todas as mentes sensíveis e ativas se voltarem logo para explorá-la. Utilizamo-la em cada conexão, para todos os propósitos, experimentamos cada extensão possível de seu significado preciso, com generalizações e derivativo"<sup>39</sup>.

O racismo científico alcançou grandes proporções porque a sociedade da época precisava justificar os motivos pelos quais escravizaram os africanos durante séculos, essa ciência surge como meio para resolver os problemas sociais que a escravidão criou. A ciência continha os meios necessários para disseminar esses ideais, alegando que o negro se encontrava em um estágio inferior aos povos europeus, sendo assim justificável a sua "domesticação".

---

<sup>38</sup>FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979, p.12.

<sup>39</sup>GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p.3.

### 3. NINA RODRIGUES E AS TEORIAS RACIAIS

Os seres humanos se parecem e diferem ao mesmo tempo: observação trivial que cada um pode fazer por si mesmo, já que as formas de vida divergem em todos os lugares. A espécie (biológica) é uma só. Tudo é questão de saber até onde se estende o território da identidade e começa o da diferença; que relações exatamente esses dois territórios mantêm. A reflexão sobre essas questões tomou, durante séculos passados, a forma de uma doutrina das raças<sup>40</sup>.

Nina Rodrigues em suas pesquisas vai ser fortemente influenciado por uma classificação das raças que começou a entrar nos meios acadêmicos por meados do século XIX, ganhando força no século XX, e o Brasil mostrava-se o lugar ideal para a aplicação dessas pesquisas. Nos trabalhos acadêmicos deste médico, vamos encontrar forte influência dos ideais darwinistas e eugênicos. Entretanto, precisamos analisar quais características dessas teorias foram utilizadas, pois como um bom pesquisador, Nina soube quais pontos poderiam ser aplicados à sociedade que ele encontrava-se inserido naquele momento.

Para uma melhor análise do seu livro, iniciaremos esse capítulo conceituando essas teorias raciais e realizando uma breve discussão do conceito de raça, logo em seguida analisaremos em quais pontos elas são utilizadas para compreender como se organizou esses discursos que defendiam os bons costumes condenando as raças. Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup>TODOROV, Tzvetan. 1939. **Nós e os Outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p.107.

<sup>41</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.75.

### 3.1 Ciências raciais

*Já que as diferentes sociedades não partilham dos mesmos valores, como podemos apreciá-las e julgá-las?.*

Diderot

Os intelectuais no Brasil no final dos séculos XIX e início do século XX, inspirados em trabalhos franceses, encontravam-se preocupados em classificar os homens, mas essa necessidade de agrupar os homens em grupos existe há muito tempo. Um primeiro passo no estudo da civilização é dissecá-la em seus detalhes, classificando-os em grupos distintos<sup>42</sup>. Com essa divisão dos homens, nascem muitas das teorias raciais que ganharam grandes proporções estando presente nos estudos de muitos intelectuais. Para uma melhor compreensão da obra *Os Africanos no Brasil*, julgo necessário conceituarmos algumas teorias raciais, como o eugenismo e o darwinismo.

A ciência eugênica surge em meados do século XIX, tendo como fundador Francis Galton, as discussões em torno dessa teoria partiam da suposição de que é possível um “melhoramento da raça humana”. É importante destacar que os adeptos dessas ideias a autodenominaram como ciência. Essa ciência ganha força com a burguesia inglesa que passava por uma crise. Segundo seus propósitos, uma nação só seria verdadeiramente rica e próspera racialmente quando possuísse homens de linhagem hereditariamente sadia e produtora de riquezas<sup>43</sup>. Suas ideias ganharam adeptos em diversos países e em diferentes contextos.

A Eugenia é a ciência que tem por fim o estudo da boa geração, isto é, da geração sadia física e mentalmente. Ela se propõe a estabelecer princípios, regras e leis capazes de evitar a herança mórbida. Desaconselhando casamentos entre anormais e doentes, os cruzamentos de consanguíneos, cujas taras iguais podem se somar no produto da concepção, afastando do himineu os alcoólatras, os viciados, os doentes

---

<sup>42</sup>TYLOR, Edward Burnett. A Ciência da Cultura. In: CASTRO, Celso (Org.) **Evolucionismo Cultural**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.76.

<sup>43</sup>MOTA, André. **Quem é Bom já Nasce Feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.50.

nervosos e mentais, procura a Eugenia diminuir na sociedade humana o número de aleijados, loucos, fracos e doentes<sup>44</sup>.

Podemos destacar como objetivos da eugenia, desenvolver um indivíduo que fosse forte, saudável, que pudesse evoluir a cada geração, assim purificando a raça. Com isso, era necessário cuidar dos homens e mulheres que potencialmente seriam pais em um futuro próximo. “Diante desse cenário alterado redefiniam-se a atuação médica no país. Essa é a época do surgimento da figura do ‘médico missionário’, obstinado em sua intenção de cura e intervenção”<sup>45</sup>. Como meios de atingir esses objetivos, a eugenia vai atuar diretamente nas medidas sanitárias que começam a surgir no Brasil, onde vemos uma tentativa de reorganizar as cidades brasileiras, gerando interesses sociais e conflitos.

A raça branca no Rio de Janeiro está castigada pelas doenças africanas, que participam do caráter odioso e deforme das degenerações dos trópicos, nos quais o que não chega a ser belo, é monstruoso e repugnante<sup>46</sup>. Influenciados pelo medo que essas doenças se proliferassem na população e transformasse toda a nação em degenerada, sanitaristas aliados ao estado adquiriram o direito de intervir na vida das populações, organizando e disciplinando os corpos de acordo com suas vontades e intenções.

Assim, se durante muito tempo o problema parecia camuflado, substituído por preocupações mais imediatas, nesse momento retornava a questão do elemento negro agora sob o ponto de vista da “ciência”, que emergia então enquanto autoridade crescente frente ao social, especialmente no que tangia aos problemas raciais. A partir de então o negro será entendido enquanto um problema não só social, na medida em que se considerava que sua herança étnica poderia inferir negativamente nos destinos de nosso povo<sup>47</sup>.

Com o final da escravidão, milhares de negros ficaram à mercê da sociedade, pois para o restante da população eles eram inaptos para os

---

<sup>44</sup>JANZ JÚNIOR, Dones Cláudio. **A Eugenia nas Páginas da Revista Médica do Paraná (1931-1940)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p.131.

<sup>45</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.259.

<sup>46</sup>SARMIENTO, Domingo Faustino. *Viajes*. Espanha, Archivos, CSIC, 1993.

<sup>47</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.23.



trabalhos que não fossem no campo. O Estado os deu a liberdade, mas não tomou medidas para inseri-los na sociedade, deixando-os à margem do sistema. Muitos desses ex-escravos não conseguiram outras formas de sobreviver, outros se mantiveram vendendo quitutes, lavando roupa para fora, virando caixeiro, entre outros serviços. Com uma renda baixa e poucas possibilidades de empregos, esses indivíduos começaram a aglomerar-se em casas inapropriadas por volta da cidade.

O pobre e o doente que moravam em habitações decadentes e ajudavam a proliferar todo tipo de doença tornar-se-iam para o discurso eugenista aqueles que disseminavam o mal, sendo responsáveis por enfraquecer as gerações vindouras. Assim, higiene, eugenia e educação mesclavam-se de forma sutil com pretensões de intervenção direta na sociedade por meio de ações de saúde coletiva<sup>48</sup>.

Essas moradias não continham as medidas básicas de higiene, fazendo com que em pouco tempo muitas doenças proliferassem no local, causando dor de cabeça aos sanitaristas. Como medida de conter a nova situação faz-se necessário uma intervenção do Estado. Até aqui tudo bem. É realmente dever do estado cuidar de sua população, entretanto para justificar a situação desfavorável que muitos ex-escravos viviam, foi necessário propagar discursos onde o responsável por essa situação era a inferioridade biológica do negro e não as condições aos quais eles foram submetidos. Podemos perceber o momento perfeito para que as ideias eugenistas entrassem em ação com a apreensão de que o povo brasileiro fosse visto como uma nação inferior pelos demais povos:

[...] no Brasil as ideias eugênicas teriam sido classificadas, ainda no século XIX, como “temas culturais” e encontrado terreno fértil, uma vez que confluía com as preocupações de nossos intelectuais, no que dizia respeito tanto à definição de povo brasileiro quanto a do país enquanto nação<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup>JANZ JÚNIOR, Dones Cláudio. **A Eugenia nas Páginas da Revista Médica do Paraná (1931-1940)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p.137.

<sup>49</sup>MOTA, André. **Quem é Bom já Nasce Feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.14.

Apesar das intervenções sanitárias terem atingido seu auge com as aplicações de vacinas em 1904, podemos perceber que há muito tempo a situação vinha sendo motivo de preocupação. Temos também as medidas que impediam que as raças se cruzassem, onde muitas famílias tradicionais procuravam casar seus filhos com primos para perpetuar os bons genes da família, dando início a uma eugenia matrimonial que estava responsável por examinar os noivos para descobrir possíveis imperfeições que afetariam os futuros filhos. No cenário atual do Brasil essa prática não possui mais espaço, contudo em países como Estados Unidos e México os exames pré-nupciais ainda são recorrentes.

A aplicação dessas práticas foram uma tentativa de melhoramento da espécie e que seria possível criar um cidadão perfeito, ou seja: branco, civilizado, livre de doenças e apto para trabalhar para o Estado. Com isso “organizou-se toda uma malha de discursos que visavam tanto à defesa da raça quanto a dos bons costumes”<sup>50</sup>, para que se evitassem os venenos sociais. Esse aprimoramento da civilização defendia uma separação dos corpos negros dos brancos, desfocavam o eixo do pensamento racista dessas práticas para vesti-las de uma preocupação com a saúde da população que poderia ser afetada com essas doenças. Era a população pobre e doente que, exposta como se fosse um grande laboratório humano, exemplificava teorias, demonstrava os desvios<sup>51</sup>.

Todavia podemos afirmar que as ideias que mais causaram impactos foram as disseminadas pelo britânico Charles Darwin. Esse naturalista teve boa parte de seus trabalhos voltados para a classificação das plantas e dos animais. Defendia que apenas os mais aptos sobreviveriam no processo de evolução. Sua obra *A Origem das Espécies* causou alvoroço em sua publicação:

Em 1859, Darwin publicou seu mais famoso livro, *A origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das*

---

<sup>50</sup>SILVEIRA, Éder. **A Cura da Raça:** eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2005, p.148.

<sup>51</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.263.

*raças favorecidas na luta pela vida*, com os resultados de sua pesquisa sobre a seleção natural, a sobrevivência e a luta pela vida entre os animais. O trabalho de Darwin era tão popular na sua época que a primeira edição da obra foi inteiramente vendida no dia do lançamento. Desse livro nasceu o darwinismo, teoria que rompeu em definitivo com o criacionismo, crença na origem mítico-religiosa do homem, e gerou polemica entre a comunidade de biólogos<sup>52</sup>.

Apesar da ciência já ter “derrubado” muitas de suas ideias, ainda é possível sentir sua influência em trabalhos da atualidade. Darwin causou alvoroço ao afirmar que a ordem biológica e natural exercia poder sobre a vida e o desenvolvimento da humanidade onde só os mais bem adaptados biologicamente poderiam sobreviver. Essas suposições serviram para justificar muitas injustiças sociais, onde a seleção natural ficaria responsável por suprimir naturalmente as características defeituosas da população através das gerações. Essas ideias surgiram nas ciências naturais, mas é nas ciências sociais onde elas vão ganhar mais espaço.

Os discursos baseados nas raças podem ser encontrados desde o século XVI, quando os estados nacionais europeus começam a dar ênfase às diferenças linguísticas e históricas internas. No início do século XVIII são formados os conceitos de monogenia e poligenia, que segundo a teoria monogenista, o homem teria um ancestral comum que seria Adão, ou seja, todos os homens eram constituídos de uma mesma espécie. Já a teoria poligenista pregava que diversos grupos humanos descendem de espécies distintas. Essas duas correntes de pensamento influenciaram para que surgissem teorias onde se pregava que os negros eram descendentes diretos dos primatas. Buckle, Kidd, Le Bon, Gobineau, Lapouge e vários outros darwinistas sociais eram então muito cotados no Brasil, devido a suas teorias sobre a inferioridade negra, a degeneração mulata e decadência tropical<sup>53</sup>.

Rodrigues logo na introdução de seu livro mostra-se preocupado com a questão do negro no Brasil, segundo ele essa era uma questão que poderia no futuro vir a trazer problemas para o país. Notemos que essa preocupação não

---

<sup>52</sup>DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no Mundo. São Paulo: Contexto, 2007, p.30.

<sup>53</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.23.

era um sentimento exclusivo do médico, os eugenistas também se encontravam apreensivos com os males que os hábitos dos negros poderiam causar na população:

Porém, este quadro ampliado não fez com que o médico perdesse seu foco; pelo contrário, isso o levou a sentir e a tocar, como um balizador, o íntimo de uma população aparentemente jovem e vigorosa, encontrando o possível embrião de uma decadência precoce que merecia estudo para prevenção e recuperação. Ao perito, com seu restrito e primário intuito, cabia agora uma questão de higiene social e, por outro lado, o problema deixava ao médico uma ampla liberdade de ação<sup>54</sup>.

O termo que chama nossa atenção aqui é o uso da expressão higiene social que foi muito utilizada dentro da ciência eugênica, onde vemos uma tentativa de separar a população enferma da sã. As recentes epidemias de cólera, febre amarela, varíola, entre outras, chamavam a atenção para “missão higienista” que se reservava aos médicos<sup>55</sup>. Ao médico era dado o poder de interferir nos hábitos da população brasileira. Porém é necessário destacar que a aflição de Nina estava voltada para o fato de que a mestiçagem poderia criar um indivíduo fraco e propenso a doenças.

A extinção da escravidão no Brasil não foi a solução pacífica ou violenta de um simples problema econômico. Como a extinção do tráfico, a da escravidão precisou revestir a forma toda sentimental de uma questão de honra e pudor nacionais, afinada aos reclamos dos mais nobres sentimentos humanitários. Para lhe dar essa face impressionante foi necessário ou conveniente emprestar ao negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos<sup>56</sup>.

Nina neste ponto faz uma dura crítica aos abolicionistas, pois o negro só passa a possuir um valor moral quando é conveniente. Até então a sociedade não enxergava o negro como possuidor de uma organização psíquica e nem de sentimentos. Como argumentos para pedir o fim da escravidão decidirão “emprestar sentimentos e uma organização psíquica que até então eram

---

<sup>54</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.259.

<sup>55</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.248.

<sup>56</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.20.

exclusividade dos povos brancos”<sup>57</sup>. Só após séculos de escravidão perceberam que os negros possuíam sentimentos e vontades.

O estudo dos escravos no Brasil enfrentam muitas dificuldades, uma delas é que documentos desse período foram queimados por uma decisão do ministro da fazenda Rui Barbosa em 1890. Muito se questiona o motivo dessa decisão, especulações não faltam sobre esse episódio. Abaixo temos um trecho da circular do Ministério da Fazenda de 13 de maio de 1891:

Convido, para cumprimento das instrucções expedidas por este ministerio em 14 de dezembro de 1890, que fiquem extinctos todos os livros e papeis referentes ao elemento servil, recommendo aos srs. Inspectores das thesourarias da Fazenda que providenciem, com toda a urgencia, para que sejam incinerados sem demora os livros de lançamento e as declarações feitas para a cobrança da taxa de escravos, e os mandados devolvidos ao juizo que os houver expedido, ex-vi do art. 5o da lei no 3396 de 24 de novembro de 1888; desapparecendo por este modo os últimos documentos que attestam a ex-propriedade servil. A incineração será feita em presença da Junta da Fazenda, e disto se lavrará uma acta minuciosa, da qual se remeterá copia a este ministerio. E, para que a falta de taes livros não affecte á responsabilidæ dos exactores, cujos contas ainda não tenham sido tomadas, quanto á arrecadação daquelle imposto, deverá a verificação dessa resposabilidade ser feita pela confrontação da importancia das certidões ex-trahidas dos talões, com as partidas do livro da receita. – T. de Alencar Araripe<sup>58</sup>.

Essa decisão dificulta os estudos sobre a escravidão no Brasil, pois destruiu muitos documentos que fariam grande diferença na análise do período. Entre esses documentos encontravam-se livros de matrícula, de recolhimento de tributos, de controle aduaneiro. Com a queima desses documentos, os ex-proprietários de escravos não poderiam pedir indenização ao governo pela alforria concedida aos escravos que os deixavam sem mão de obra, sem os documentos para comprovar a posse de escravos os senhores de terra não poderiam ser indenizados. Nina Rodrigues descreve o episódio com as seguintes palavras:

Além disso, atualmente bem pouco resta delas e o que resta foi destruído pelo sentimentalismo da atual geração brasileira que

---

<sup>57</sup>ÍDEM.

<sup>58</sup>BUARQUE, Cristovam. **Dez Dias de Maio em 1888**. Brasília: Senado Federal, 2008, p.98.

se ocupou de apagar da nossa história o vestígio da escravidão, queimando em fogueira documentos nos quais estava aquela verdade histórica a que nenhum povo pode se furtar e não se deve procurar iludir<sup>59</sup>.

Rodrigues não se mostrava de acordo com essa decisão, segundo ele não adiantava queimar os papéis referentes à escravidão se o elemento negro sempre estaria evidente nas veias do povo brasileiro e tal atitude dificultaram suas pesquisas. Contudo, a queima desses documentos também pode ter outro significado, esse episódio pode ser visto como uma ocultação dos fatos e até mesmo uma ocultação da presença africana em solo brasileiro. A teoria do branqueamento estava em alta nos estabelecimentos de saber do país, essa teoria defendia que após 100 anos da abolição da escravatura o país seria branco.

O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamentos, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco<sup>60</sup>.

Nos dias atuais a definição de branco, negro, índio, mulato está mais em uma identidade étnica do que em características físicas, contudo nos séculos anteriores não era assim, onde o maior identificador da raça negra era a cor, se esse elemento não existisse significaria que o indivíduo não era africano ou que não tinha descendência africana. A queima dos documentos da escravidão aliado ao branqueamento da população “apagaria” a existência do povo africano no país. Percebe-se que o fim da escravidão no Brasil estava mais ligado com o medo da influência da degeneração do povo negro do que com o sentimento de humanidade. Em situações como essa, vemos a história ser privada de fontes para atender necessidades de um determinado grupo e nesse caso, mais especificamente, de uma classe elitista de políticos.

A queima desses documentos também ajudou a jovem e frágil república brasileira a se estabilizar, um país cuja nação era híbrida não deveria ter uma parte da história de seu povo escrita entre chicotes e açoites. O novo sistema

---

<sup>59</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.35.

<sup>60</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.16.

de governo não poderia começar sua atuação política democrática tendo na memória de seu povo as mazelas do sistema escravocrata. A jovem nação sempre influenciada por padrões europeus esquecia que sua população de europeia não tinha quase nada.

A discussão em torno do significado da palavra raça gera bastantes indagações, não se chegou a um conceito universal, nasce como uma definição biológica, mas ao longo do tempo recebeu uma interpretação social e cultural.

É significativo que, antes da consolidação do racismo científico no século XIX, o termo "raça" fosse empregado quase no mesmo sentido em que a palavra "cultura" é empregada hoje. Mas, nas tentativas de diferenciar o verdadeiro, o bom e o belo que caracterizam o ponto de junção entre capitalismo, industrialização e democracia política e dão substância ao discurso da modernidade ocidental, é importante considerar que os cientistas não monopolizaram a imagem do negro ou o conceito emergente de diferença racial biologicamente fundada. No que diz respeito ao futuro dos estudos culturais, deve ser igualmente importante que ambos sejam empregados de forma central nas tentativas europeias de refletir sobre a beleza, o gosto e o juízo estético que são as precursoras da crítica cultural contemporânea<sup>61</sup>.

Paul Gilroy coloca que antes do racismo científico, o termo raça continha uma significação semelhante ao que hoje definimos como cultura. Poderíamos supor que o conceito de raça surgiu como uma forma de classificação e que no primeiro momento a superioridade não estava relacionada à cor da pele, mas sim a padrões estéticos de beleza que foram sendo ligados a um nível ideal de civilização.

Em 1684 o francês François Bernier<sup>62</sup> utiliza pela primeira vez uma classificação racial moderna dos homens. Para Bernier, existia quatro espécies de raças de homens: a primeira era formada pelos povos da Espanha, Inglaterra, França, Dinamarca, Suécia, a Alemanha precisamente a Europa, o francês também colocava os egípcios nesse primeiro grupo. A segunda raça

---

<sup>61</sup>GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p.43-44.

<sup>62</sup>François Bernier foi um viajante, antropólogo e médico francês, sua obra *Nova divisão da terra pelas diferentes espécies ou raças que a habitam* é considerada a primeira classificação moderna das raças humanas.

era representada pelos africanos, a terceira são as raças do leste e a quarta raça era representada pelos habitantes da Ásia.

No entanto é a classificação racial realizada por Carlos Linnaeus<sup>63</sup>, um sueco criador da taxonomia moderna que mais ganhou destaque. Segundo Linnaeus, o homem encontrava-se dividido em quatro variedades: O Americano que tinha como características a pele avermelhada, um mau temperamento, subjugável; o Europeu que era branco, sério, forte; o Asiático amarelo, melancólico, ganancioso; e o Africano preto, impassível e preguiçoso. Linnaeus atribuiu a existência de uma quinta raça, à “monstruosa”, compreendida por uma diversidade de tipos de monstros que viviam nos Patagônios da América do Sul e outros imaginados que nunca foram comprovados.

Vemos o homem europeu ser colocado no topo da evolução, sendo deixado no patamar mais alto de toda humanidade. Ao africano são atribuídas às características mais degeneradas. As raças além de serem diferentes encontram-se hierarquizadas e a ciência trata essa inferioridade como um resultado natural:

O critério científico de inferioridade da raça negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravagistas dos norte-americanos. Para a ciência, não é essa inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual de desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções<sup>64</sup>.

Joseph Arthur de Gobineau foi um conde diplomata francês que possuía vários talentos, entretanto sua obra mais conhecida é o *Essai sur l'inégalité des races humaines*<sup>65</sup>, essa obra é um ensaio sobre a desigualdade das raças humanas em que o conde especula a razão para a ascensão e queda de todas as grandes civilizações, o que, segundo Gobineau estaria ligado à questão étnica. O conde possui diversos trabalhos ligados à classificação e raças. Em uma missão diplomática Gobineau veio ao Brasil no ano de 1869.

---

<sup>63</sup>Carlos Linnaeus nasceu em 23 de maio de 1707 na Suécia, foi um botânico, zoólogo e médico sueco.

<sup>64</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.22.

<sup>65</sup>Para uma melhor discussão ver a obra: SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. 2008. Dissertação (Mestrado em História das Ciências: História) – Casa de Oswaldo Cruz (COC – Fiocruz), Rio de Janeiro, 2008.



Para o conde, o Brasil era um dos países mais fadados ao fracasso, pois sua população mestiça levaria o Brasil a um atraso. Até mesmo as demais nações europeias não seriam poupadas da visão pessimista do conde. Segundo ele, todas estavam fadadas à degenerescência devido à mistura racial que, levava a espécie humana à ruína, pois a pureza racial havia sido contaminada. Para Gobineau, o Brasil encontrava-se adiantado neste processo de decadência. Era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade, ou nos anos 1920, se promoviam programas “eugênicos de depuração”<sup>66</sup>. A mestiçagem levaria a decadência da nação:

O mal não parecia residir no sistema colonial, mas, sobretudo, no tipo de população que surgira a partir dele, proveniente em primeiro lugar do elemento luso, também inferior etnicamente quando comparado com o espírito forte e a vontade indomável dos povos de raça germânica<sup>67</sup>.

Rodrigues mostrava-se contra a mestiçagem porque gerava um indivíduo fraco, pois ele herdava as piores características tanto dos negros como dos brancos, seria um homem fadado ao fracasso e à degeneração. Nina defendia que as raças deveriam se manter puras, para que suas características fossem preservadas, esse pensamento de Nina é umas das características de um racista, há uma diferença entre racista e racialista. O racismo é um comportamento antigo e de extensão provavelmente universal; o racialismo é um movimento de ideias nascido na Europa ocidental<sup>68</sup>.

Enquanto o racismo se baseia ao desprezo por pessoas com traços diferentes, o racialismo é uma ideologia referente às raças humanas com a intenção de classificar o homem de acordo com suas características, pois como coloca Todorov “as diferenças físicas determinam as diferenças culturais”<sup>69</sup>.

Nina ora é considerado um racista preconceituoso, ora um racialista, contudo poucos conseguem perceber que este médico sofre do que Paul Gilroy nomeou como dupla consciência que pode ser descrita como assumir uma ou

---

<sup>66</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.249.

<sup>67</sup>AZEVEDO, Célia Maria. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p.56.

<sup>68</sup>TODOROV, Tzvetan. 1939. **Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p.107.

<sup>69</sup>IDEM, p.109.

duas identidades inacabadas. Prefiro supor que Nina Rodrigues permitiu-se ocupar espaço entre ambos os lados, podendo aproveitar ao máximo suas pesquisas.

#### **4. AS CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA NEGRA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Neste país não nos furtamos a desprezar o conhecimento sobre os povos negros que tanto contribuíram para colonizar o país, mantendo a mais ampla ignorância sobre tudo o que diz respeito a eles; tem-se até dado crédito a ideias erradas sobre a origem de nossos negros e suas manifestações de cultura. E isso tudo pode servir para nossa condenação, pois, mais tarde, não conseguiremos ter uma ideia justa da sua influência em nosso povo.

Nina Rodrigues

Os escravos ao desembarcarem nos portos brasileiros passavam a conviver com os diversos grupos culturais que aqui habitavam. Entre índios, portugueses e os próprios africanos, pois esses escravos eram trazidos das mais diversas partes do continente africano com diversas línguas faladas, diferentes religiões, entre outros pontos. Entretanto podemos afirmar que um dos poucos pontos que todos esses negros possuíam em comum era a necessidade de exercer os mesmos costumes que por gerações foram praticados em sua terra de origem: a África. Com isso os africanos procuravam meios de expressar suas manifestações culturais no Novo Mundo.

Somos um povo de formação heterogênea onde a constituição do brasileiro está ligada a diversos elementos, podemos, pois, citar os três principais: o índio, o português e o negro. No entanto, o objetivo basilar deste capítulo é destacar os pontos fundamentais da cultura africana que permeiam pelos costumes até os dias atuais. Como exemplos podemos citar a devoção pelas religiões de matriz africana como a Umbanda e o Candomblé e a prática de festas como o reisado e os Reis do Congo.

#### 4.1. A palavra chave é diversidade

*Há mais distância entre um homem e outro do que entre um homem e um animal.*

*Montaigne*

Nina Rodrigues em sua obra analisada faz uma distinção entre as etnias de negros que chegavam ao Brasil, evidenciando que os escravos eram oriundos das mais diversas regiões da África e que tinham costumes distintos, contradizendo muitas teses que colocavam os negros como todos iguais. Os africanos que desembarcavam nos portos brasileiros vinham de todos os lugares do continente africano, Nina Rodrigues expõe uma crítica a Spix e Martius, eles defendiam que somente os povos bantos foram trazidos para o Brasil, sendo apenas da região do Sul da África e das ilhas do Golfo da Guiné. Para Nina, o escritor que mais se aproximou da verdade sobre as procedências foi Visconde de Porto Seguro:

“que a importação dos colonos pretos para o Brasil, feita pelos traficantes, teve lugar de todas as nações, não só do litoral de África que decorre desde o Cabo Verde para o sul e ainda do Cabo da Boa Esperança, nos territórios e costas de Moçambique, como também não menos de outras dos sertões que com eles estavam em guerra, e às quais faziam muitos prisioneiros, sem os matarem. Os mais conhecidos no Brasil eram os provindos de Guiné (em cujo número o compreendiam Bérberes, Jalofos, Felupos, Mandingas), do Congo, de Moçambique e da Costa da Mina, de onde; eram o maior número dos que entravam na Bahia, que ficava fronteira e com mui fácil navegação, motivo por que nesta cidade tantos escravos aprendiam menos o português, entendendo-se uns com os outros em nagô”<sup>70</sup>.

Com essa passagem é demonstrado a grande diversidade dos lugares de onde os negros eram tirados e as suas múltiplas etnias, desmistificando o mito de que os negros que aqui chegaram só pertenciam à origem dos bantos. Esta confusão foi causada pela carência dos documentos que deviam registrar as procedências dos negros exportados, onde muitos eram fraudados para esconder a caça humana e os intensos conflitos.

---

<sup>70</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.33.

Com isso, Nina Rodrigues procurou documentos para comprovar a sua teoria acerca da múltipla origem dos africanos no Brasil, utilizando-se do jornal *Na Idade do Ouro*. Neste jornal, era publicado o nome das embarcações, procedência e a quantidade de escravos importados da África. Com os dados dos anos de 1812 a 1820 Nina formula uma estatística sobre as diversificadas regiões de onde os negros eram trazidos para o Brasil. Entretanto, esta estatística não nos informa sobre a nacionalidade dos negros importados, mas mostra que nesse período a importação dos Negros superequatoriais para a Bahia era muito superior à dos Negros bantos. Com isso, na maioria dos casos esses negros na chegada ao Brasil, eram denominados de acordo com o nome dos navios em que eram transportados, como por exemplo, os negros Minas, que receberam esse nome pelo simples fato de terem desembarcado no Forte de São João da Mina.

Além disso, o tráfico dos Negros superequatoriais e dos sudaneses foi largamente alimentado, constituído desde muito cedo nas mais amplas dimensões, de norte a sul da costa da África o tráfico português se estendeu pelo Golfo de Guiné. Vários documentos provam a grande introdução de negros sudaneses no país, como por exemplo, os livros manuscritos do registro dos alvarás de concessão para navegar para a África. Com todos esses dados, Nina Rodrigues concluiu que a importação dos negros superequatoriais para o Brasil durou por todo o período da escravidão e foi superior ao de procedência sudanesa.

Assim, o esforço de Rodrigues em resgatar as procedências dos negros africanos é admirado pelo antropólogo Gilberto Freyre, em seu livro *Casa Grande & Senzala*, onde este vai expor com satisfação as descobertas realizadas por Nina Rodrigues. “[...] E ao ilustre professor, então catedrático da Faculdade Medicina da Bahia, deve-se ao primeiro esforço crítico no sentido da discriminação dos estoques africanos de colonização do Brasil”<sup>71</sup>. Para Rodrigues a diversidade africana representava uma dimensão complexa de costumes e significados.

---

<sup>71</sup>FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2004, p.283.

Com a grande quantidade de escravos que desembarcavam no litoral brasileiro, vinha também uma grande diversidade de línguas faladas, eram muitas línguas e dialetos africanos que até mesmo os próprios negros tinham dificuldades para comunicar-se com integrantes de outras regiões da África.

De fato, ninguém poderia supor que todos os escravos negros falassem a mesma língua. Na realidade, elas eram tantas, com tantos matizes, e em um exagero poderíamos dizer que eram tantas quantas o número de carregamentos de escravos lançados no país<sup>72</sup>.

Com essa variedade de idiomas, o colonizador forçou os escravos a aprenderem o português para que pudessem se comunicar, mas os escravos necessitavam adotar uma língua africana como idioma geral, onde todos os africanos poderiam entender-se, a língua nagô serviu como elo entre os africanos. Nina Rodrigues não era um filólogo, mas reuniu documentos para o estudo dessas línguas, pois tinha interesse na influência que essas línguas exerceram sobre o português brasileiro. Nina demonstrava estar insatisfeito com o descaso no estudo desses idiomas e pelo tupi-guarani apresentar mais estudos importantes do que as línguas dos colonos pretos.

Entretanto, é claro que a nossa maior dificuldade de conhecer a influência dos negros não vem do fato de a língua indígena ser uma ou poucas e as da África, inúmeras. Na verdade, vem de que em regra nós continuamos a ignorar tudo o que se diz sobre as últimas, até mesmo a simples determinação das que aqui foram faladas<sup>73</sup>.

A necessidade de desconsiderar a influência dos africanos na formação da nação é evidente nesta passagem. Note que aqui não há uma intencionalidade de desconsiderar a contribuição da língua tupi-guarani, mas sim indagar porque ela é mais valorizada do que as línguas de origem africana. Bem, não possui crédito a suposição errada de que é quase nula a influência das línguas negras no idioma brasileiro, quando muito se limitando a deixar no português alguns termos africanos<sup>74</sup>. O levantamento de documentos realizado

---

<sup>72</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.114.

<sup>73</sup>ÍDEM, p.115-116.

<sup>74</sup>ÍDEM, p.116.

por Rodrigues auxilia a revelar a dimensão em que as línguas africanas exerceram influência sobre o português.

A variedade linguística usada atualmente pela maioria da população brasileira guarda reflexos indeléveis de processos de variação e mudança desencadeados em situações de contato maciço entre línguas, embora o preconceito e a estreiteza teórica busquem minimizar ou negar tal contribuição de africanos e crioulos para a formação da língua nacional <sup>75</sup>.

O português sofreu modificações que envolveram a criação de expressões e termos novos, como também alterações gramaticais, para que se diferenciasse do português de Portugal. Encontramos no Brasil uma variedade de vocábulos como, por exemplo, termos botânicos, geográficos, etnológicos, geológicos, mitológicos, originários do tupi ou de línguas africanas que ajudaram a formar um novo idioma e que não possuem um significado para os portugueses.

Havia regiões brasileiras onde essa predominância das línguas africanas era mais intensa. Na Bahia as línguas sudanesas exerceram forte influência. Entre as principais línguas sudanesas podemos destacar o nagô que também é conhecido como iorubá e a língua haussá. Os negros trazidos da Costa da Mina eram os mais conhecidos no Brasil, era denominado como nagô todo o negro da costa dos escravos.

A importância da língua nagô na Bahia é fato tão conhecido que se chega até ao exagero. Quando os missionários católicos aqui estiveram em 1899, depois de percorrer o Brasil angariando donativos para catequese africana, eles foram aconselhados a falar com a população de cor da cidade em língua nagô<sup>76</sup>.

Contudo, esse evento não alcançou o objetivo esperado, pois havia uma parcela muito pequena de negros que ainda dominavam a língua nagô pura, e aqueles que ainda conseguiam entender o nagô se recusavam a assistir espontaneamente a atividade cristã. Percebe-se a intencionalidade desses

---

<sup>75</sup>LUCCHESI, Dante. Africanos, Crioulos e a Língua Portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). **História Social da Língua Nacional**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p.(**COLOCAR A PÁGINA DA CITAÇÃO**).

<sup>76</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.122.

missionários em falar uma língua africana, era uma tentativa de aproximação com a população negra.

A língua haussá foi propagada por toda a África através de mercadores e de seus escravos, os servos tinham o costume de ensinar a língua haussá aos seus senhores. Ela é, principalmente, uma das línguas africanas mais importantes pela extensão territorial em que é falada e pelos fins sociais a que serve<sup>77</sup>. Nina Rodrigues não consegue compreender como a língua nagô conseguiu ser a língua geral dos escravos sendo que o haussá era o idioma mais bem espalhado de toda a África Central. Nina não faz um levantamento da estrutura das línguas africanas, apenas traz uma demonstração de sua existência e do uso no Brasil.

Os habitantes do continente africano possuíam um sistema religioso e cerimonial bastante estável, cuja maior mudança não procedeu da instabilidade, mas da introdução do cristianismo. Dessa forma Nina Rodrigues mostra a influência que o cristianismo exerceu sobre os negros que se refugiavam nos quilombos. Esses Palmares possuíam uma larga rua, de braço de largura e 800 metros de comprimento, de leste a oeste. As casas eram em números de 220 e no meio delas erguia-se uma igreja, quatro forjas e uma grande casa de conselho (...) <sup>78</sup>.

Assim como a igreja citada no trecho, percebermos em outros relatos de Nina Rodrigues vários elementos que compravam a incorporação de práticas do cristianismo pelos africanos. Em outro quilombo, descrito pelo médico foi encontrado uma imagem do Menino Jesus, outra de São Brás e outra da Senhora da Conceição. Com isso fica evidente que apesar do negro no quilombo não ser obrigado a praticar o cristianismo, eles viam nessas imagens sagradas semelhanças com a tradição de culto aos totens, esse fato deve ser resquício das repressões sofridas pelos africanos por seus senhores, assim estes teriam “maquiado” os seus cultos para continuar a suas tradições culturais, sem que esses senhores pudessem perceber tais práticas. Dessa forma, Nina Rodrigues vai expor na sua obra os cultos que conseguiram sobreviver às insistências dos senhores que tentavam a todo custo converter os seus escravos ao catolicismo:

---

<sup>77</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008, p.128.

<sup>78</sup>IDEM, p.74.



O culto jeje-nagô que resistiu à conversão católica a chicote nas fazendas e plantações; que sobreviveu a todas as violências dos senhores de escravos; que não se absorveu até hoje nas práticas do catolicismo dos brancos, diante de cuja resistência, pode-se dizer, capitulou o clero católico que já nem tenta converter os infiéis; em que não faz moosa o ensino elementar das nossas escolas; esse culto está destinado a resistir, por longo prazo ainda, à propaganda da imprensa como às violências da polícia, pois nem uma nem outra se pode reputar mais eficaz do que todas as missões de catequese enviadas às plagas africanas. Diante das violências da polícia, as práticas negras se furtarão à publicidade: hão de refugiar-se nos recessos das matas, nos recônditos das mansardas e cortiços: se retrairão às horas mortas da noite; se ampararão na proteção dos poderosos que buscam as orgias e devassidões que elas lhes proporcionem; tomarão por fim as roupagens do catolicismo e da superstição ambientes<sup>79</sup>.

Com isso é demonstrado que o candomblé jeje-nagô trata-se de uma religião africana fetichista, que preserva os mesmos elementos que foram trazidos da África. O trabalho meticoloso de Nina Rodrigues será de fundamental importância para fundamentar o Candomblé como religião. Neste culto são dadas oferendas aos ancestrais. Esses ancestrais são chamados de orixás e voduns, havendo um processo de iniciação dos participantes no ritual de possessão, os praticantes desse culto são conhecidos como pai e mãe de santo. Os terreiros de candomblés na Bahia do século XIX eram liderados por libertos, porém era comum a entrada de escravos, crioulos e brancos. Cada candomblé possuía características diferentes e modos diversos de manifestar a fé, na qual essa diferenciação era feita pelas diferentes localidades de cada etnia.

Entre as tradições africanas, duas em especial marcaram o candomblé que foi o jeje com os cultos voduns, e a nagô dos cultos dos orixás. Os voduns são entidades que estariam em uma posição superior aos orixás, ambos possuem semelhanças como os sentimentos, porém os voduns não pertencem somente à estrutura de criação. Já os nagôs percebiam os orixás como intermediários entre os deuses e os homens, onde essas entidades possuíam vontades e desejos que se assemelhavam aos sentimentos dos homens. No entanto, essa devoção aos orixás não eram bem vistos na sociedade brasileira,

---

<sup>79</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008, p.222-223.

as religiões de matriz africana vão ser associadas a práticas feitiçaria que deveria ser combatida:

Na África, esses cultos são uma verdadeira religião de Estado, e os régulos governam em seu nome. Ali estão, portanto, garantidos pelos governos e pelos costumes. No Brasil, na Bahia, por outro lado, são consideradas práticas de feitiçaria, sem proteção da lei, condenadas pela religião dominante e pelo desprezo declarado, muitas vezes, das classes influentes que, apesar de tudo, temem-nas<sup>80</sup>.

Nina Rodrigues defende que esses cultos não são um crime e que não há justificativa para a perseguição a tais práticas, o que existe na verdade é um medo de que esses negros reunidos possam tramar contra seus senhores. Até o fim da escravidão os responsáveis por conter essas práticas eram os feitores, porém essa responsabilidade irá recair sobre a polícia. “Em que direito se baseia, pois, a constante intervenção da polícia na abusiva violação dos templos ou terreiros africanos, na destruição dos seus ídolos e imagens, na prisão sem formalidade legais dos pais-de-terreiro e diretores de candomblés?”<sup>81</sup>. Essa constante intervenção policial era injustificável para Nina.

O apoio a essa perseguição dava-se através dos jornais da época, muitos folhetos traziam reclamações diárias sobre esses eventos. O jornal auxiliou na disseminação dos ideais repressores contra esses cultos e funcionava como um normalizador da sociedade, onde as práticas sociais inconvenientes ocupavam as páginas policiais. Abaixo, uma notícia publicada no jornal baiano *Diário de Notícias*, de 5 de outubro de 1896:

“*Candomblé*. Comunicam-nos que há seis dias está funcionando no lugar denominado *Gantois* um grande candomblé. Os bondes da Linha Circular e Transportes passavam depois de meio-dia até as 5 horas da tarde cheios de povo que para ali tem afluído. Acabaram de nos informar que entre as pessoas que foram apreciar o *candomblé* achavam-se uma autoridade policial e diversas praças de polícia à paisana e alguns *secretas* da mesma polícia<sup>82</sup>.”

---

<sup>80</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.216.

<sup>81</sup>ÍDEM, p.223.

<sup>82</sup>ÍDEM, p.217.

Percebe-se que o jornal funcionava como uma espécie de denunciante desses cultos, as pessoas incomodadas com essas reuniões ao invés de procurar a polícia iam fazer a denúncia ao jornal. Esse fato ocorria pelo motivo de que realizar esses cultos não era proibido por lei, mas quando essas denúncias se tornavam constantes nas páginas dos jornais a polícia ganhava uma “permissão” para interferir. Funcionava como uma forma de legitimar a repressão policial. Nota-se que a manchete não tem nada de mais, apenas estava dizendo que um *candomblé* estava funcionando e que muitas pessoas estavam frequentando. O interessante nessa manchete é o tom de denúncia que ela carrega, a lei não proibia o culto, mas as normas sociais sim. Veja essa nota publicada no *Correio da Tarde* em 18 de novembro de 1902:

“*Fetichismo*. Deveras depoente do grau do nosso adiantamento intelectual é a condescendência criminosa, para a prática constante e diária de *candomblés*, no seio desta capital e em suas circunvizinhanças, onde se multiplicam esses antros de fanatismo e perdição.

Nas imediações do Dique, distrito de Brotas, funcionam muitos terreiros, dia e noite, com o atrevimento que concede a garantia ou o descuido policiais. De ordinário, tais centros atraem pessoas de reprovável comportamento, o que origina conflitos e toda a sorte de fatos atentatórios da moral. Não fosse o *candomblé* da Cabocla do 5º de infantaria, segundo noticiamos. Fica assim notificado nosso protesto<sup>83</sup>.”

Aos *candomblés* era atribuído um valor de negatividade e de depreciação, além de ser responsável pelo atraso intelectual, note que a palavra *candomblé* sempre vem na notícia em itálico, isso faz com que o nome se destaque dentro do texto. A prática do Fetichismo era associada a tendências criminosas e à perdição. O denunciante usou o jornal para fazer um protesto contra os indivíduos que se reuniam para celebrar tais cultos.

“Continua a perturbar o silêncio público e a ser um verdadeiro foco de imoralidades e conflitos um terrível *candomblé* na Estrada das Boiadas<sup>84</sup>.” Essa passagem do Diário da Bahia de 2 de fevereiro de 1898 denuncia que um *candomblé* está perturbando o silêncio e que nesses eventos há uma desordem social.

---

<sup>83</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.221.

<sup>84</sup>ÍDEM, p.220.

Essas manchetes eram constantes nos jornais da Bahia demonstrando que era forte a presença dessas religiões de matriz africana e que essas religiões não eram aceitas por uma parte considerável da população. Nina defendia a livre realização desses cultos:

O texto da nossa Constituição política é claro e terminante. A todos os habitantes deste país ela garante plena liberdade de consciência e culto. O Código Penal da República qualifica os crimes de violência contra a liberdade de cultos e marca- hes a penalidade<sup>85</sup>.

A Constituição garantia a liberdade desses cultos, porém, isso não era realizado na prática. Usavam-se os jornais para dar características pejorativas ao candomblé ferindo assim o direito dos seus praticantes. A afirmação que esses cultos estavam ligados ao demônio foi tão intensa que na sociedade atual ainda encontramos pessoas que acreditam que as religiões africanas são adorações do mal. Sabemos que isso é resultado de uma intensa campanha do cristianismo para atrair mais fiéis e para mostrar que a religião do colonizador era a que estava no estágio ideal de civilização.

Os africanos mulçumanos que chegaram ao Brasil foram mandados especialmente para à Bahia vindo dos estados de Haúças, Gobir e Katsina. Esses estados passaram pelos jihads, que são guerras de caráter religioso e esses negros que desembarcavam na Bahia eram influenciados por esses conflitos. Os africanos mulçumanos na Bahia eram conhecidos como malês, sendo chamados de malês qualquer mulçumano de origem jejê, tapa, nagô ou haúças.

Os malês tinham como símbolo de sua religião os amuletos e bolsas de mandingas, que eram pequenas bolsas de couro e dentro delas eram colocados orações, ervas, búzios e areia. Esses amuletos eram considerados talismãs que protegiam os negros contra guerras, viagens e espíritos do mal. Os malês também costumavam usar uma camisola grande de cor branca, turbantes e anéis de ferro, se reuniam em casas de oração para o estudo do Alcorão e também aprendiam a ler e a escrever em árabe. Na atualidade, a palavra mandinga assim como a macumba estão ligadas a uma espécie de

---

<sup>85</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.223.

feitiço que se faz para alguém, demonstrando a total ignorância sobre elementos das religiões africanas.

A umbanda é uma religião afro-brasileira que consiste na mistura do candomblé baiano, com o espiritismo e o catolicismo. A umbanda herdou muitos elementos do catolicismo como, por exemplo, as devoções a Jesus, à Maria e aos santos e orações. A umbanda também incorporou símbolos e espíritos dos rituais religiosos.

Esta religião baseia-se na crença da existência de forças sobrenaturais que tinham o poder de interferir neste mundo. A umbanda faz uma distinção entre as forças do bem e as forças do mal. As forças benéficas são chamadas de guias de caridade, os caboclos, os pretos-velhos e outros espíritos. Já as forças maléficas são os exus-espíritos e pomba giras, entidades que servem para fazer o mal se for necessário, há uma tênue linha entre o bem e o mal.

Para Nina Rodrigues a música, dança e as esculturas são fundamentais na formação da cultura africana. Segundo o autor, tais práticas revelam as capacidades artísticas que os africanos poderiam desenvolver. Um dos objetos mais utilizados nas suas práticas tanto religiosa como festiva eram os totens. O totemismo se constituía numa prática onde os negros depois de libertos se reuniam em grupos totêmicos como o clã do leopardo, o clã da serpente, clã do crocodilo entre outros, esses grupos tinham como finalidade representar animais em suas danças.

O totemismo encontrava-se presente na festa popular chamado de *rancho* ou *reisado*, na qual uma grande quantidade de homens e mulheres que se vestiam de pastores e pastoras, estes vão a “Belém” cantando e pedindo abrigo nas casas das famílias. Para Rodrigues, o reisado apresentava uma conexão íntima com o totemismo, pois os animais representavam papéis de pessoas, por exemplo, a burrinha representava o papel de rei, enquanto o boi assumia o papel de dono da estalagem onde Cristo nasceu. O reisado é praticado pelos negros desde o continente africano. As danças do rancho

consistem essencialmente no uso de gestos, representando a luta entre o objeto ou animal, chefe ou totem do rancho<sup>86</sup>.

Outra tradição que resistiu aos impactos da escravidão sofrida pelos os africanos, será a festa popular do *Reis do Congo*, na qual era realizada a eleição e a coroação do Rei e da Rainha das irmandades religiosas, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito geralmente eram os homenageados da festa:

Onde quer que africanos e seus descendentes tenham sofrido o impacto da escravidão, foi desenvolvida a prática da eleição de reis e rainhas (...). No Brasil, os *reis do Congo* desempenharam um papel importante em festejos com nomes distintos como *congados*, *congadas*, *congos*, *cucumbis*, *maracatus*, *moçambiques* e *quilombos* que ocorreram de norte a sul do país<sup>87</sup>.

Nesta festa, escravos, negros, libertos e crioulos, desfilavam pelas ruas de maneira majestosa, cobertos por um manto, coroa e cetro, dançando ao som de batuques. Nestes desfiles os escravos deixavam de serem vistos como mão de obra para serem destaque na sociedade, ocupando por um momento lugar de prestígio e poder. Essas festas chamavam a atenção da população, sendo uma grande oportunidade para aumentar os seguidores da irmandade e para arrecadação de dinheiro. Esses rituais ligavam os africanos aos ancestrais da sua terra natal, dessa maneira, essas celebrações era também uma forma de manter um vínculo com os laços africanos.

As danças africanas também receberam atenção do médico, a dança de tambor no Maranhão, candomblés da Bahia e aos maracatus de Alagoas e Pernambuco são destaques em seu livro. Os africanos têm o costume e comemorar com dança diversos acontecimentos como nascimento, saúde, doença, fertilidade, colheita e até a morte. A dança era um meio de se expressar, e muitas vezes estavam carregadas de simbolismo. Essas danças podem ser encontradas na atualidade.

---

<sup>86</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.166.

<sup>87</sup>KIDDY, Elizabeth W. Quem é o Rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). **Diáspora Negra no Brasil**. Tradução de Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Contexto, 2008, p.165.

Na Bahia é evidente o exemplo de como as danças africanas contribuíram para formar o gosto artístico do povo. Já prestes a se transformar em forma de sobrevivência, aquelas danças ainda hoje exercem um grande papel nas expansões populares do povo brasileiro<sup>88</sup>.

A dança de tambor é uma das manifestações culturais mais conhecidas da cultura popular maranhense, é muitas vezes realizada como forma de pagamento de promessa, essa dança não tem uma data específica para ser realizada e é dançada apenas por mulheres. No Maranhão ganhou em 2007 o título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, demonstrando a continuidade dessa dança. Sergio Ferretti define esta dança da seguinte maneira:

Como no samba de Roda, o Tambor de Crioula é dançado geralmente ao ar livre; sua coreografia, livre e variada, é desenvolvida no interior de um círculo formado pelas dançantes, cantadores, tocadores e acompanhantes. [...] A roda vai se formando naturalmente. Chegam os tocadores, colocam os tambores, começam a tocar (testando se estão bem afinados; depois vão chegando os cantadores, chegam também as dançantes, coreiras, crioulas ou “baianas”, que, colocando-se uma ao lado da outra, vão formando a roda dando início a dança. [...] Dentro da roda entra uma dançante de cada vez, enquanto as outras ficam trocando passos miúdos para o lado direito e esquerdo ou fazendo pequenas evoluções esperando a punção para entrar<sup>89</sup>.

O Tambor de Crioula é uma festa realizada pelos descendentes dos negros escravos no Maranhão. O uso dos tambores e dos cantos são elementos que podem ser encontrados em outras manifestações culturais afro-brasileiras, demonstrando a importância desse instrumento. A punção citada por Ferretti é o auge da dança, quando a coreira, cansada de dançar no meio da roda, aplica a punção que funciona como um convite para que uma das mulheres assuma a posição de dançar no centro da roda.

Além disso, temos ainda os contos populares como uma das grandes fontes de informação sobre os povos africanos. Uma grande confusão se faz com esse assunto, pois Sílvio Romero, ao contrário de Rodrigues, atribui aos indígenas à autoria de vários contos populares menosprezando a contribuição

---

<sup>88</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.143.

<sup>89</sup>FERRETTI, Sérgio. **Tambor de Crioula: ritual e espetáculo**. 3. ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002, p.65-66.

africana. Ao se percorrem os *contos populares* verifica-se que Sílvio Romero não deixou aos negros um só conto da tartaruga, do cágado ou jabuti, que invariavelmente à exceção de um, dado aos brancos, foram todos atribuídos ao elemento indígena<sup>90</sup>.

Narrativas mostram que eram os africanos que tinham o costume de andar em lugar e lugar recitando os contos e que a tradição oral é a responsável por fazer que os contos e lendas fossem transmitidos de geração em geração sem ser necessário um registro escrito. Na sociedade africana a tradição oral é responsável pelos valores sejam eles educacionais, sociais, religiosos, políticos e culturais. Esses contos são narrativas, que servem como meio de transmissão de ensinamentos que previnem ações, transmitem conhecimento e ajudam a manter um elo com os antepassados.

Nina Rodrigues cita que Coronel Ellis, descobriu com as suas pesquisas que na Costa dos Escravos, a tartaruga para os nagôs é um importante elemento simbólico nos contos populares. Nestes contos a tartaruga era sempre colocada como personagem principal, na qual ela detinha poderes sobrenaturais, astúcia e malícia. A seguir temos um conto brasileiro de Sergipe, *O Cágado e o Teiú*:

Foi uma vez, havia uma onça que tinha uma filha, o teiú queria casar com ela e amigo cágado também. O cágado, sabendo da pretensão do outro, disse em casa da onça que o teiú para nada valia e que até era o seu cavalo. O teiú, logo que soube disto, foi ter à casa da comadre onça e asseverou que ia buscar o cágado para ali e dar-lhe muita pancada à vista de todos e partiu. O cágado, que estava na sua casa, quando o avistou, de longe, correu para dentro e amarrou um lenço na cabeça, fingindo que estava doente. O teiú chegou na porta e o convidou para darem um passeio em casa da amiga onça; o cágado deu muitas desculpas, dizendo que estava doente e não podia sair *de pé* naquele dia. O teiú teimou muito; “Então, disse o cágado, você me leva montado nas suas costas”. “Pois sim, respondeu o teiú, mas há de ser até longe da porta da amiga onça”. “Pois bem, mas você há de deixar eu botar o meu *caquinho* de sela, porque assim em osso é muito feio”. O teiú se massou muito e disse: “Não; que eu não sou seu cavalo!”. “Não é por ser meu cavalo, mas é muito feio”. Afinal o teiú consentiu. “Agora, disse o cágado, deixe botar minha brida”. Novo barulho do teiú e novos pedidos e desculpas do cágado, até que conseguiu pôr a brida no teiú e munir-se do mangual,

---

<sup>90</sup>NINA, Rodrigues Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008. p.173.



esporas, etc. Partiram; quando chegaram em lugar não muito longe da casa da onça, o teiú pediu ao cágado que descesse e tirasse os arreios, senão era muito feio para ele ser visto servindo de cavalo. O cágado respondeu que tivesse paciência e caminhasse mais um bocadinho, pois estava muito incomodado e não podia chegar a pé. Assim foi enganado o teiú até à porta da casa da onça, onde ele lhe meteu o mangual e as esporas a valer. Então gritou para dentro de casa: “Olha, eu não disse que o teiú era meu cavalo? Venham ver!” Houve muita risada e o cágado, vitorioso, disse à filha da onça: “Ande, moça, monte-se na minha garupa e vamos casar”. Assim aconteceu com grande vergonha para o teiú<sup>91</sup>.

No conto acima, retirado originalmente do livro *Contos Populares do Brasil* de Sílvio Romero, vemos a narração de um evento, onde o cágado assume papel principal na história e encontra-se dotado de astúcia e inteligência, percebe-se que esses animais assumem características humanas e que devem dar prova de sua coragem e lealdade para conseguir alcançar seu objetivo. Apesar de o cágado ser um animal associado à lerdeza, nesses contos a sua esperteza supera a rapidez, servindo como uma lição de moral.

Sílvio Romero atribui esse culto aos grupos indígenas, deixando Nina Rodrigues bastante contrariado, pois de acordo com o médico baseado nas pesquisas do coronel Ellis, os contos com a figura do cágado eram comuns na África. Sílvio Romero atribuiu todos os contos sobre o cágado aos indígenas, não deixando nenhum aos africanos. A seguir temos um conto africano da Costa dos Escravos:

Meu *alô* é sobre a tartaruga e o elefante.

Um dia, a fada da cabeça pelada disse aos outros animais que ela era capaz de fazer do elefante seu cavalo, mas todos os animais declararam: “Não, tu não és capaz de montar no elefante”. Ela replicou: “Bem, eu aposto que hei de entrar na cidade montada no elefante”. E os outros animais aceitaram a aposta. A tartaruga foi à floresta procurar o elefante e, encontrando-o, disse-lhe: “Meu pai, todos os animais andam dizendo que você não vai à cidade porque é muito desajeitado e corpulento”. O elefante ficou muito zangado e disse: “Os animais são uns bobos. Se eu não vou à cidade é porque prefiro ficar na mata. Além disso, eu não conheço o caminho da cidade”. “Oh, disse a fada de cabeça pelada, então venha comigo. Eu lhe ensinarei o caminho da cidade e você fará os animais ficarem corridos de vergonha”. O elefante aceitou e partiram os dois. Quando estavam próximos à cidade, disse a tartaruga: “Meu pai, eu estou muito cansada. Deixe eu subir

---

<sup>91</sup>ÍDEM, p.174-175.

nas suas costas”. “Pois não”, disse o elefante. Ele ajoelhou-se e a tartaruga subiu-lhe às costas. Seguiram caminho. A fada de cabeça pelada propôs então: “Meu pai, quando eu coçar suas costas você deve correr e quando eu bater com minha cabeça nas suas costas, você deve correr mais depressa ainda: assim você fará uma figura muito bonita na cidade”. O elefante disse: “Perfeitamente”. Ao chegar perto da cidade, a tartaruga coçou as costas do elefante e este pôs-se a correr. Bateu nas costas com a cabeça e o elefante correu ainda mais. Quando os animais viram isto, ficaram pasmos. Todos estavam em suas casas, olhando das janelas. E a tartaruga gritou-lhes: “Eu não disse que entrava na cidade montada no cavalo de meu pai?”. “O que quer dizer — “cavalo de seu pai”?, perguntou o elefante enfurecendo-se. “Eu estou caçoando com você”; disse a tartaruga. Mas o elefante viu que outros animais estavam rindo-se e ficou ainda mais enfurecido<sup>92</sup>.

Note que no conto acima a tartaruga é tratada como a fada da cabeça pelada como um sinal da sua divindade, a semelhança entre os dois contos é evidente, contudo, há uma mudança de animais como personagens. No conto de Sergipe a onça assumiu o lugar do elefante e o teiú ganha papel na história, acredito que a mudança deu-se pelo fato de o elefante não ser um animal comum no Brasil como era na África e o teiú é um animal bastante presente no nordeste brasileiro. Essas pequenas mudanças ajudam a aproximar o conto da região onde ele está sendo usado.

O questionamento maior de Rodrigues é porque Silvio Romero atribuiu todos os contos referentes ao cágado aos indígenas, sendo que, tanto africanos como indígenas tinham contos com esse animal. Nina não deixou uma resposta evidente, mas o livro *Contos Populares no Brasil* de Sílvio Romero foi publicado no ano de 1885 em Lisboa, dois anos antes da libertação dos escravos. Sabemos que nesse período o IHGB e seus membros estavam concentrados em escrever uma história do Brasil e em formar uma nação.

Nesse momento os índios brasileiros mantinham uma pequena vantagem sobre os negros, pois para muitos pesquisadores o elemento indígena era o fator principal que diferenciava a nação brasileira dos demais países. Com isso, quase ninguém ia questionar o fato de alguns contos populares terem sido “esquecidos” de serem mencionados como presentes na cultura africana.

---

<sup>92</sup>ÍDEM, p.175.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*As diferenças se deslocam e se transformam; elas não  
desaparecem.  
Todorov*

Nina Rodrigues ao longo de sua obra discute as diversidades culturais que existem dentro dos grupos negros, mostrando suas complexidades. Contudo, a sociedade brasileira tratava os africanos e seus descendentes como pertencentes do mesmo grupo, o que importava não era os elementos culturais, mas sim a cor da pele. Nina afirmava que essas características eram tão distintas que não tinham como serem ignoradas.

Percebemos a intenção de Nina de classificar esses negros em grupos, mostrando suas particularidades. Na primeira parte deste trabalho, procurei descrever um pouco o meio social que Nina estava inserido, pois “a beleza de uma obra jamais deve ser vista abstratamente e independentemente do meio em que nasceu”<sup>93</sup>. Podemos perceber que a sociedade do século XIX respiravam as teorias raciais e mantendo as classes sociais bem definidas. A diversidade humana há muito tempo vem recebendo uma atenção das ciências, contudo essa atenção oscila entre a salvação e a condenação da espécie.

O fim da escravidão e a proclamação da República no Brasil foram fatos que influenciaram na escolha de temas raciais entre os intelectuais que trabalhavam a construção da identidade nacional. As discussões em torno do futuro da jovem nação tiveram como um elemento importante a questão das raças, onde uma das preocupações centrais estava na inferioridade do negro e na degeneração dos mestiços.

Nina não defende uma igualdade entre as raças, segundo o médico, existem valores culturais, morais, sociais e religiosos que são particulares dos grupos africanos que a sociedade branca como um geral nunca vai

---

<sup>93</sup>TODOROV, Tzvetan. 1939. **Nós e os Outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p.71.

compreender. Se existem perspectivas diferentes dessas sociedades, não há como estabelecer um padrão que abarque todas.

Rodrigues lamentava a perda do idioma africano e dos costumes trazidos ao Brasil. A preocupação em preservar a memória negra o leva a percorrer as ruas de Salvador entrevistando negros, procurando registrar o que ainda restava.

Uma das intenções do livro *Os Africanos no Brasil* é demonstrar a diversidade africana. Contudo, Nina Rodrigues era filho de seu tempo e não podia fugir das influências de um sistema que enxergava os africanos como bens materiais e objetos de ciência.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Jogo da Dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria. **Onda Negra, Medo Branco**: o negro no imaginário das elites, século XIX. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade**: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

BUARQUE, Cristovam. **Dez Dias de Maio em 1888**. Brasília: Senado Federal, 2008.

CORREA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 5. ed. São Paulo, 1987.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no Mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

ESQUENAZI, Rose. As Coquettes de Copacabana. In: FIGUEIREDO, Luciano. (Org.). **A França nos trópicos**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, p.54-58. – (Coleção Revista de História no Bolso).

FERRETTI, Sérgio. **Tambor de Crioula**: ritual e espetáculo. 3. ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

FIGUEIREDO, Luciano. (Org.). **A França nos Trópicos**. Rio de Janeiro, Sabin, 2009. – (Coleção Revista de História no Bolso).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh.

JANZ JÚNIOR, Dones Cláudio. **A Eugenia nas Páginas da Revista Médica do Paraná (1931-1940)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

KIDDY, Elizabeth W. Quem é o Rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). **Diáspora Negra no Brasil**. Tradução de Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCCHESI, Dante. Africanos, Crioulos e a Língua Portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). **História Social da Língua Nacional**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p.151-180.

MACHADO, R; LOUREIRO, A; LUZ, R. MURICY, K. **Da (Na)ção da Norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MOTA, André. **Quem é Bom já Nasce Feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NINA, Raymundo Rodrigues. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In: Carvalho, José Murilo. (Coord.) **A construção nacional (1830-1889)**, v. 2. História do Brasil Nação (1808-2010). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.179-224.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAMOS, Arthur. **As Culturas Negras no Novo Mundo**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVEIRA, Éder. **A Cura da Raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio grandense nas primeiras décadas do século XX**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2005.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. 2008. Dissertação (Mestrado em História das Ciências: História) – Casa de Oswaldo Cruz (COC – Fiocruz), Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma Nação Eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, 2010.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, 224p. – (Coleção História e Saúde).

TODOROV, Tzvetan. 1939. **Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TYLOR, Edward Burnett. A Ciência da Cultura. In: CASTRO, Celso (Org.) **Evolucionismo Cultural**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

VARNHAGEN, Franciso Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillip. **Como se deve Escrever a História do Brasil**. Tradução de Wilhelm Schüch. RIHGB, Rio de Janeiro 1982.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
(X) Monografia  
( ) Artigo

Eu, Caroline Pucheiro de Oliveira,  
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
"Os sujeitos em história" o objeto de ciência: Nina  
Rodrigues e Os Africanos no Brasil.  
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 14 de FEVEREIRO de 2017.

Caroline Pucheiro de Oliveira  
Assinatura

Caroline Pucheiro de Oliveira  
Assinatura